



UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP – Instituto de Psicologia
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social

DADOS E RELATOS SOBRE CUIDADOS INFANTIS EM UM COMPLEXO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Érica Rosana Dias Vidal

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Leila Sanches de Almeida

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Março de 2006

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Leila Sanches de Almeida, pela dedicação incansável para que eu conseguisse elaborar esta dissertação. Conservo na lembrança, os nossos inumeráveis encontros de orientação, em que pude desfrutar de sua competência acadêmica e sensibilidade fraterna nos momentos que mais precisei.

Aos professores do Programa de Pós- Graduação EICOS, pelo aprendizado e pelos momentos agradáveis nas aulas, onde desfrutei novas teorias e conhecimentos.

Aos colegas do Programa de Mestrado e Doutorado, especialmente à Ana Paula, à Érika, e à Rosa, companheiras de eixo de pesquisa e de disciplinas.

Aos colegas com os quais participei da pesquisa realizada em parceria pelo CEDAPS e UFRJ.

Aos moradores das favelas estudadas, que colaboraram com a execução da pesquisa.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos que foram e são importantes na busca de meus objetivos.

Às minhas queridas amigas, Taísa e Patrícia, Elizabeth (e família) pelo estímulo para ingressar no Mestrado, e também pelo apoio, carinho, e oportunidade de conhecimento e aprendizado na vida profissional.

Aos antigos companheiros do NMPEEC e da Creche UFF, pelo estímulo para buscar e produzir conhecimentos sobre crianças e suas famílias. Em especial, à Professora Vera Maria Ramos de Vasconcellos, que sempre me apoiou, para que eu encontrasse no Mestrado a continuidade dos trabalhos que envolvesse a pesquisa e a produção acadêmica.

DADOS E RELATOS SOBRE CUIDADOS INFANTIS EM UM COMPLEXO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Érica Rosana Dias Vidal

RESUMO: A questão dos cuidados infantis perpassa todas as classes sociais. Nas famílias pobres, as mulheres sempre precisaram trabalhar, inclusive as que são mães. Tendo em vista essas considerações o presente estudo, fundamentado na Rede de Significações, teve como objetivo levantar os equipamentos sociais voltados para a Educação Infantil em um complexo de favelas e investigar as soluções encontradas pelas famílias para os cuidados de suas crianças. Foram realizadas entrevistas e grupos focais na região. Os equipamentos sociais encontrados foram creches, pré-escolas, mães crecheiras, igrejas e projetos sociais, sendo o primeiro em maior número. Mesmo assim, houve uma grande demanda por creches. Observou-se também que os cuidados infantis eram considerados uma atribuição feminina, de modo que a rede social de apoio era constituída por avós, vizinhas, entre outras. Consideramos necessário que o Estado efetivamente adote uma política de valorização da Educação infantil e de continuidade dos programas sociais dirigidos às famílias pobres.

Palavras-chaves: *Cuidados Infantis.*
Subjetividade.
Favelas.
Comunidades.

DATA AND REPORTS ABOUT CHILD CARE AT A COMPLEX OF SLUMS IN RIO DE JANEIRO

Érica Rosana Dias Vidal

Child care is an issue in all social classes. Among poor families women have always needed to work, even those who have children. Taking that into consideration, and based on the Network of Meanings, we surveyed the social equipment applied in Child Education, in a community of slums, in order to investigate the solutions that were found for the problems related to the care of their children. We carried out interviews and focus groups in the community. The social equipment that was found consisted in day care centers, pre-schools, nursing mothers, churches and social projects. Although day care centers were found in a larger number, there was still an enormous demand for more. We also observed that child care was considered a female attribution, and thus the supporting social network was formed by grandmothers, female neighbors, among others. We finally concluded that it is necessary to implement a public policy of enhancement of child care and of continuity of social programs directed to poor families.

Key-words: Child Care;
Subjectivity;
Slums;
Communities.

Sumário

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - Em cena: os Cuidados Infantis - considerações sobre família e infância	05
CAPÍTULO II - A perspectiva da Rede de Significações (RedSig)	24
METODOLOGIA	32
CAPÍTULO III - Contexto do estudo	32
CAPÍTULO IV - Sujeitos e Procedimentos – construção do corpus do estudo	37
CAPÍTULO V. Cuidados Infantis nas comunidades estudadas	43
5. 1 - Os equipamentos sociais levantados e o discurso dos moradores	43
5. 2 - Visão sintética dos equipamentos sociais e das redes sociais de apoio	87
CAPÍTULO VI - Discussão	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
Referências Bibliográficas	96
ANEXOS	102
Anexo I. Roteiro do grupo focal	102
<i>Anexo II. Roteiro de entrevista</i>	103

INTRODUÇÃO

A questão dos cuidados infantis perpassa todas as classes sociais. Na família pobre, a mulher sempre precisou trabalhar, inclusive as que são mães. Um estudo histórico realizado por Fonseca (1989) sobre o trabalho feminino no Rio Grande do Sul, após a libertação dos escravos, apontou que, da população economicamente ativa, cerca de 42% eram mulheres. No estado, elas ocupavam 28,4% dos postos de trabalho oferecidos pela indústria. Assim, no início do século XX, as mulheres que precisavam trabalhar para complementar a renda familiar não podiam dar atenção integral a seus filhos. Elas constituíam famílias que não se assemelhavam ao modelo moderno de família nuclear. O desenvolvimento da família popular aconteceu de forma paralela ao da família nuclear burguesa (ibid., 1989). Mesmo no final do século XX, quando as famílias das camadas populares possuíam emprego, já que as taxas de desemprego eram altas, não dispunham de condições para manter uma família nuclear segundo os moldes dominantes.

Uma medida importante sobre a questão dos cuidados infantis foi tomada com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), em 1990. No Capítulo IV, artigo 54, inciso IV, é estabelecido que o atendimento em creche é um direito da criança de zero a seis anos à Educação – e esta é um dever do Estado (OLIVEIRA, 2001). Em parte, procurou-se solucionar essa questão que toma uma feição urgente especialmente para os pobres.

Outro fator que contribuiu para a elaboração do ECA foram as mudanças sociais na camada média. A redução das distâncias de papéis entre homens e mulheres e a estimulação de uma maior participação feminina no mercado de trabalho levaram, na

década de 70, a um avanço na oferta de creches. Na ocasião, as instituições pré-escolares em geral atendiam a apenas 4 % da parcela de crianças de 4 a 6 anos (ROSEMBERG, 1995). Nos anos 80, essa parcela passou para 45 % das crianças residentes em cidades (ibid, 1995). Apesar desse avanço, Kappel, Carvalho & Kramer (1997) consideram insuficiente o atendimento à Educação Infantil. Apontam inclusive que, na Região Sudeste, apenas 8,23 % das crianças das de zero a 3 anos, e 52,34 % de 3 a 6 anos, freqüentam creches e pré-escolas.

Apesar das mulheres da camada popular sempre terem trabalhado, constituídos seus lares e tido filhos, atualmente essa linha de sucessiva de acontecimentos, cada vez mais pode ocorrer em outra ordem (ROSEMBERG, 1995). Conseqüentemente, muitas dessas mulheres trabalham, mesmo possuindo filhos pequenos e pertencendo a famílias monoparentais.

Tendo em vista essas considerações sobre cuidados infantis, este estudo objetiva levantar os equipamentos sociais voltados para a Educação Infantil em um Complexo de favelas. Investiga, ainda, as soluções encontradas para os cuidados infantis pelas famílias que lá residem. Entende-se por cuidados infantis, os cuidados dispensados na esfera da alimentação, saúde, higiene, educação, social e afetividade às crianças de até seis anos de idade, isto é, aquelas que ainda não têm obrigatoriamente que freqüentar a escola.

Esta dissertação é produto de alguns anos de minha inserção no campo da pesquisa na área de estudos sócio-históricos e culturais sobre crianças, famílias e instituições de Educação Infantil, iniciada no meu curso de Graduação em Psicologia.

Durante a Graduação, estive vinculada ao Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa e Ensino da criança de 0 a 6 anos (NMPEEC 0 a 6 anos) na Universidade Federal Fluminense (UFF), liderado na época pela professora Vera Maria Ramos de

Vasconcelos. Desempenhei o papel de aluna e bolsista, assumindo estágios curriculares e bolsas, que integravam estudos que focalizavam os temas supra-citados. Tive oportunidade de trabalhar em duas creches distintas: uma municipal, Marly Sarney; e outra federal, Creche UFF. Nas duas, participei do Projeto de Inserção de Crianças à Creche. A partir desses estudos sobre adaptação de crianças e famílias, me surgiram questionamentos sobre os cuidados com as crianças. Tais como: onde deixar a criança que não frequenta creche e cuja mãe tem alguma atividade fora do lar? E na família pobre e moradora de favela, como é solucionada essa questão do cuidado das crianças?

Nesse ocasião, conheci as formulações teóricas de Vygotsky e alguns de seus seguidores e, principalmente, tomei conhecimento das pesquisas realizadas pelo Grupo do CINDEDI, liderado pela professora Rossetti-Ferreira, e sua teoria das Redes de Significação. Essas influências teóricas vieram de encontro às minhas inquietações e mudaram a visão que até então vinha tendo sobre “infância”.

Para dar prosseguimento a meus estudos, ingressei no Programa EICOS do Instituto de Psicologia da UFRJ. Nele, pude entrar em contato com investigações sobre comunidades, gênero e produção de subjetividade, que foram importantes para a construção desta dissertação. Foi a partir do programa de Mestrado, que pude ingressar na pesquisa “A situação da infância e da adolescência em um complexo de favelas do RJ”, coordenada pela professora Leila Sanches de Almeida, minha orientadora. Essa pesquisa havia sido encomendada pelo UNICEF a uma ONG, tendo sido desenvolvida em parceria com o EICOS. Minha inserção nesse estudo me fez perceber que o grupo social estudado tinha uma visão e uma forma de arranjos para os cuidados infantis muito particular, própria dos moradores de favelas. Isto me despertou para a investigação sobre os cuidados infantis naquelas favelas.

Esta dissertação versa, no primeiro capítulo, sobre a história dos cuidados infantis e as modificações sofridas com o tempo, tanto no interior das famílias, como no campo social, principalmente na classe popular. No segundo capítulo, encontramos o referencial teórico da Rede de Significações, tomado como base para o entendimento da construção de significado. O terceiro capítulo apresenta o contexto no qual este estudo foi realizado. No quarto capítulo são apresentados os sujeitos e procedimentos do estudo. As análises efetuadas constituem o quinto capítulo. O sexto capítulo apresenta uma discussão dos dados encontrados, e o sétimo e último enfocando os equipamentos sociais encontrados e o significado atribuído aos cuidados infantis.

CAPÍTULO I - Em cena: os cuidados infantis - considerações sobre família e infância.

A concepção de família, assim como, a concepção de infância, sofreu transformações ao longo da história social. Mudanças na sociedade determinaram os vários tipos de cuidados que vêm sendo oferecidos às crianças pequenas no Brasil.

Historicamente, os cuidados infantis não estiveram somente sob a responsabilidade das famílias. Os grupos familiares pobres, em particular, sempre foram desqualificados pelas instituições e, a partir do século XVIII, o Estado passa criar instituições (tal como a “Casa dos Expostos”) que pudessem amenizar o impacto da pobreza nos cuidados aos pequenos.

Um dos mais importantes estudos históricos sobre infância e família foi desenvolvido por Philippe Ariès. Em seu livro *História social da infância e da família* (1981), ele retrata particularmente a criança e a família de origem burguesa ou nobre européia. Em fontes iconográficas da Europa, a criança começa a ser representada no seio das famílias no séc. XVI. Nesta ocasião, começa a surgir o sentimento de infância. Em livros da época, foi encontrada a preocupação das mães abastadas e suas amas com os pequenos. Nesse contexto, a criança estava associada à necessidade de intimidade e vida familiar, sentimento desconhecido em outras épocas. Seu surgimento pode ser indicado como proveniente dos eclesiásticos e dos moralistas. Apesar de pouco descrever a vida da criança pobre nessa obra, Ariès (ibid., 1981) também relata essa preocupação entre mães pobres. O sentimento de família é inseparável do sentimento de infância nos séculos XVI e XVII.

Tudo que se referia à criança e à família passou a ser importante. A partir do século XVIII, a preocupação com a higiene e saúde física são demonstrações deste fato. Nesta época, a criança assumiu um lugar de destaque no interior das famílias.

No século XX, o novo sentimento de infância foi o grande inspirador da educação na cidade e no campo, na burguesia e junto ao povo. Sobre a infância e o apego a ela não recaiam mais apenas o interesse de distração e brincadeiras, mas o interesse psicológico e preocupações morais. A infância precisava ser entendida para poder ser corrigida. Através da psicologia infantil buscava-se compreender a mentalidade da criança para adaptar os métodos educacionais ao seu nível de compreensão.

Esse sentimento que, segundo Áries (1981), começa a ser esboçado e representado em telas, prenunciava o novo lugar que a família iria conquistar. Assim, não se pode falar das mudanças nos cuidados oferecidos às crianças ao longo do tempo, sem nos referirmos às transformações da família.

Quando a família moderna burguesa européia surgiu observou-se, de forma concomitante, uma perda gradativa de poder da mulher no lar (PILLOTI & RIZZINI, 1995). No século XVI, o poder das mulheres foi completamente destituído, de modo que a mulher casada passou a ter todos os seus atos governados pelo marido, e, aqueles realizados sem a autorização do cônjuge, não eram legitimados pela justiça. Neste século, também começa a fortalecer-se o poder paterno sobre a mulher e os filhos. O valor dado nos séculos anteriores à linhagem passa a ser atribuído à família. Por isso, a família passa a ser considerada como uma ... *célula social, a base do Estado, o fundamento do poder monárquico* (ARIÈS, 1981, p.146).

As transformações na família puderam ser sentidas também através da mudança na relação que os adultos, no seu interior, tinham com as crianças. Foram transformações lentas, mas significativas (ARIÈS., 1981).

Neste contexto, Ariès (1981) aponta o surgimento da escola como outro elemento importante na mudança do sentimento de família. Na Idade Média européia as crianças, a partir de sete anos de idade, iam viver com adultos de outras famílias para aprender um ofício. No século XVI, esse quadro modifica-se, a educação passa a ser fornecida pela escola, que assume um *status* de iniciadora social e marco da entrada na vida adulta. A escola representava uma alternativa moralista de resguardar a inocência infantil das tentações do mundo adulto, tendo também correspondido para as famílias a uma forma de manter os filhos próximos, sob seus cuidados e sua vigilância, evitando abandoná-los ou colocá-los aos cuidados de outra família na condição de aprendiz. Logo, para Ariès (ibid., 1981), o sentimento de família moderna parece ter surgido ao mesmo tempo que a escola.

A família européia, nessa época, dividia os cuidados dos filhos com uma rede social ampla, que incluía irmãos, parentes mais velhos, amigos, amas e criados. Seus cuidados ficavam a cargo de amas que muitas vezes cuidavam desses junto de seus próprios filhos. A referência feita por Ariès (ibid., 1981) às amas, principalmente as de leite, parece mostrar que o cuidado com as crianças que lhes eram confiadas pelos senhores era dividido com seus próprios filhos. O envio de crianças da classe burguesa para a casa das amas é um indício de que era comum o convívio de suas crianças e as dos senhores. Com a transformação no sentimento de família no século XVI essa situação foi mudada, principalmente pela necessidade de manter as crianças próximas. As amas passaram a ser trazidas para o lar burguês como forma de manter a união de todos os seus integrantes, entre eles o bebê. As crianças e as famílias de classe popular

não foram minuciosamente retratadas nesta obra de Ariès (ibid.). No entanto, ele as descreve no século XIX como ainda vivendo segundo os moldes da família medieval, com as crianças vivendo afastadas do convívio com os pais. Não existia o sentimento de casa, de família como o encontrado na família burguesa. As famílias dos pobres pareciam ter um gosto pela multidão, um sentimento de pertença a um grupo maior, ao contrário do intimismo burguês. Para Ariès, o sentimento de família em muitos momentos pode ser confundido com o sentimento de classe. As transformações no seio da família foram sentidas de forma diversa pelas duas classes sociais. E quanto mais aumentava a necessidade de cuidar dos filhos da classe burguesa, mais estes eram separados da convivência das crianças pobres, tanto em escolas quanto na preferência por jogos (ibid.).

No Brasil, a família do período colonial se caracterizava por ser extensa e estar sob o domínio patriarcal. Ela contava com uma rede ampla que incluía pais, filhos, tios, avós, cunhados, serviçais (FREIRE, 1975). Esse modelo de família tinha como parâmetro a relação entre brancos e negros que estavam sob a autoridade do chefe de família e proprietário de terras (SOUZA E VIDAL & BOTELHO, 2001). A família colonial também sofria forte influência da moral cristã, que lhe determinava a forma como se estruturava. Os papéis eram bem determinados. Ao pai, cabia funções como cuidar dos escravos e do cultivo das plantações, negócios e política. Às mulheres, se destinavam o cuidar dos afazeres da casa e os cuidados dos filhos, assim como a administração dos escravos que executavam serviços na casa-grande (MOREIRA LEITE, 2003). A mulher possuía a imagem da docilidade e passividade e, poucas vezes, assumia a responsabilidade pelo cuidado da fazenda e dos escravos na falta do patriarca, como aconteceu com as mulheres na Região Sul do Brasil (FONSECA, 1989).

Os filhos pequenos das escravas eram levados para a lavoura suspensas com panos largos. Essa forma de carregá-los foi bastante criticada no século XIX, sendo descrita em livros de viagem como nociva às crianças. Era uma forma de acolhimento que deixava as mãos livres para o trabalho, além de manter as crianças aquecidas e protegidas (MOREIRA LEITE, 2003). Nas camadas populares, diferentemente, do século XIX ao início do XX, era preciso que os adultos, e às vezes as crianças, trabalhassem. Quando não tinham com quem deixar as crianças menores (alguns deixavam em casa com irmãos velhos), os adultos as levavam para o trabalho (FONSECA, 1989).

As mudanças ocorridas no campo social, econômico e político no Mundo, e posteriormente com reflexos no Brasil, fizeram surgir uma nova forma de estrutura familiar. A revolução industrial na Europa propiciou o deslocamento de grande massa de camponeses para as cidades em busca de melhores condições de vida e em busca do sonho burguês de ascensão social. O modelo burguês de família nuclear, constituída pelo pai, chefe da família e mantenedor de todos os membros, e pela mãe, responsável pelo cuidados com a prole, introduzia uma contradição no próprio interior dessa família pobre que permanece até hoje. Pensadores como Rousseau, entre outros, foram responsáveis pelo aparecimento do ideal de amor materno, que prega que a mulher deve se dedicar com amor aos filhos e cuidar de seu bem-estar, mas que se mostrava (e ainda se mostra) incompatível com a mulher que precisava trabalhar (FONSECA, 1989).

No século passado, as famílias dos pobres eram caracterizadas por uma união estável e a contribuição na renda da mulher que trabalhava era fundamental para a manutenção do lar, não podendo ser dispensada. Em casos isolados, existiam mães que cuidavam exclusivamente de seus filhos. Por isso, a maioria buscava em uma rede social mais ampla, em parentes, vizinhos e etc., o apoio aos cuidados dos filhos

(SARTI, 1995, AMAZONAS et alii, 2003). Esse fato propiciou uma grande circulação de crianças entre as casas dos seus cuidadores na ausência dos pais, ocorrendo uma indiferenciação entre o público e o privado. As casas pequenas, pouco confortáveis, quentes, impulsionavam seus moradores para o mundo externo ao lar, ampliando suas relações sociais (SARTI, 1995).

Aliado ao trabalho feminino, outros fatores vêm contribuindo, ao longo do tempo, para a distância entre a família do pobre e a família nuclear. Podemos citar: a presença cotidiana e permanente de membros da família extensa (pais e filhos encontram poucas oportunidades de vivenciar relações íntimas e privadas); o afrouxamento dos laços conjugais devido a condições econômicas; e a evasão escolar para exercer uma atividade remunerada com a função de auxiliar na renda doméstica (ibid., 1995). Fonseca (1989) relata que na família de classe popular era considerado normal a criança, a partir dos oito anos de idade, largar a escola. Valorizava-se, assim, o aprendizado feito através da experiência empírica junto a outras pessoas de sua convivência (ibid., 1989).

A família dos pobres é, inicialmente, nuclear em sua estrutura e, posteriormente, vai se tornando extensa pela absorção dos parentes, agregados, amigos, vizinhos, que tem a função de ajudar ou de serem ajudados (ibid, 1995). Amazonas et alii. (2003) também consideram que nas classes populares a família nuclear é progressivamente substituída pela família extensa, pois para a sua sobrevivência é condição que haja solidariedade entre parentes e vizinhos. Contudo observa-se que o processo de urbanização (BILAC, 1978), o avanço dos métodos contraceptivos e as transformações econômicas (GIDDENS, 2000), estão progressivamente levando para diminuição da constelação familiar, aproximando as famílias extensas do tamanho das famílias nucleares.

Nos tempos atuais, a família de classe popular foi obrigada a buscar novos arranjos internos, além daqueles que já existiam. Também nas famílias pobres têm invariavelmente aumentado o número de famílias chefiadas por mulheres (PACHECO, 2005). Neste contexto, as soluções encontradas para os cuidados das crianças pequenas nas favelas do Rio de Janeiro espelham não só um reflexo do tempo, mas estratégias de sobrevivência das quais todo o grupo familiar deve participar. As formas de participação não se restringem apenas ao provimento material, incluem também os cuidados com todos os integrantes da família, em especial as crianças. A solidariedade surge como possibilidade de alcançar a melhoria da qualidade de vida. Ela não está restrita a parentes, conta-se também com o auxílio de vizinhos. Nestes lares, o trabalho feminino é vital, visto que ocorre um enfraquecimento do poder masculino devido à incidência de desemprego, uso de álcool e outras drogas (AMAZONAS et alii., 2003)

A partir da década de 70, os pobres passaram a ser descritos pelas Ciências Sociais no Brasil, pela categoria sociológica de *trabalhadores* (SARTI, 2003). A explicação da pobreza foi retirada da pessoa e posta no sistema. O trabalho foi o principal eixo de construção do pensamento científico social sobre o pobre e na construção de definições sociais dos sujeitos (ibid., 2003).

Na economia urbana coexistem duas formas de emprego: o formal e o informal. Tal característica fez com que acabasse com a marginalidade, por considerar o trabalho informal como participante da divisão social do trabalho. Na década de 80, buscou se utilizar os níveis de renda para definir a pobreza, mas mesmo assim ainda perdurou a classificação pelos modos de produção capitalistas e da sobrevivência material. Houve um retorno para a análise dos arranjos familiares, definida a partir de dados socioeconômicos (ibid., 2003). No presente estudo a seleção dos sujeitos foi feita a

partir da análise de dados sócio-demográficos. Todos os participantes foram classificados como pobres.

Abordar cuidados infantis, é focalizar a infância. Kramer (2002) salienta que a concepção de infância passa pela linguagem, pois a etimologia do termo significa aquele que não fala. O termo infância, no século XVI, era usado para designar crianças de 0 a 7 anos, período em que os adultos pensavam que a criança não poderia falar. O homem na sua historicidade nem sempre falou, mas precisa falar para se constituir como sujeito da linguagem. A fala é um recurso fundamental nas relações sociais e nas interações. Se consultarmos, por exemplo, o dicionário do MEC (1979), vemos que a infância é definida como o *“período de crescimento, no ser humano, que se estende do nascimento até a puberdade; meninice;...”* . Mas, segundo Moreira Leite (2003), a concepção não pode ser restrita pelas características biológicas inerentes à condição, devendo ser identificada como uma construção histórica e cultural. A lei que regulamenta os direitos e os deveres das crianças e adolescentes (Lei 8.069/90 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece em suas disposições preliminares que a idade da infância vai até os 12 anos (OLIVEIRA, 2001). Vê-se assim, que há uma grande dificuldade em delimitar o período da infância, o que pode favorecer ou prejudicar o alcance dos programas sociais voltados para as crianças.

No Brasil do século XVI, a concepção de infância era influenciada pelos padrões europeus, descritos por Ariès (1981) e Del Priori (1996). Na concepção ideológica da Companhia de Jesus (culto que permaneceu na Europa até o século XIV) havia a criança mística (criança santa) e aquela que tentava ser como Jesus (devoção difundida de certas ordens religiosas a Jesus). Ambas caracterizavam-se pela doçura e fragilidade, que servia para a conversão dos cristãos. Para Del Priore (1996), foi a junção desses dois pensamentos que fez com que os jesuítas escolhessem as crianças indígenas como foco

de sua ação no Brasil. Esses religiosos influenciados pelo pensamento positivista em ascensão na Europa, consideravam as crianças como um “papel em branco”, pronto para ser escrito e sem os pecados da terra *brasilis*. As crianças indígenas, em conjunto com as crianças órfãs enviadas de Portugal para cá, se constituiriam em uma legião de soldados das forças de Jesus, para combater o mal que existiam nos adultos que aqui habitavam. Os cuidados dirigidos às crianças tinham a missão de corrigir possíveis pecados. A disciplina imposta pela escola eclesiástica era como uma forma de ascensão e edificação dos ensinamentos cristãos. A educação era repleta de castigos e admoestações. A ordem era manter as crianças em sistemática vigilância.

O advento da escola moderna se deu a partir da escola da Idade Média. Nesse período, a infância começou a ser vista de forma singular e com especificidades diferentes daquelas referentes aos adultos. Dentro desse quadro, começa a nascer a Psicologia Infantil que, em terras de colonização portuguesa, estava apenas iniciando. A Psicologia era para valorizar os princípios da doutrina jesuíta, visto por aqui como benéfico às crianças. (DEL PRIORI, 1996)

Posteriormente, após anos de escravidão de negros, medidas de cunho liberal e humanitário foram tomadas e, dentre elas, estava a Lei do Ventre Livre de 1871, que libertava os filhos dos escravos. Lage (1996) ressalta que um dos efeitos desta lei foi o aumento do número de crianças negras abandonadas na cidade do Rio de Janeiro.

A Lei previa que os Senhores teriam os pequenos libertos sob sua autoridade e, como obrigação, deveriam criar e tratar de todos até a idade de 8 anos. A partir desta idade, teriam que optar por ter os serviços destes até 21 anos ou entregá-los ao Estado, recebendo uma soma indenizatória. Era resguardado o direito da criança em não permanecer prestando serviços ao Senhor, mas, em contrapartida a criança ou o jovem, teria que pagar uma indenização pecuniária. Os senhores tentaram de todas as formas

burlar a lei, ocorrendo até a venda dos pequenos. Estatisticamente, parecia que os Senhores preferiram ficar com os filhos de suas escravas, em vez de entregá-los ao Governo. Apesar de protestos, a venda de crianças continuou até 1884. Assim, essas crianças permaneciam num estado de escravidão, sendo efetivamente libertadas em 1888 com os outros escravos (LAGE, 1996).

Segundo Pilotti & Rizzini (1995), a partir dos anos de 1521, o cuidado das crianças abandonadas, ficava a cargo das Câmaras Municipais. Mas a maioria dos legisladores pertencia à elite abastada e por isso não entrava em acordo com a Santa Casa sobre os gastos para a sua manutenção. A moral da época repudiava os laços fora do casamento e esse fato impelia ao número crescente de crianças abandonadas. Ao mesmo tempo, as crianças que nasciam em lares pobres muitas vezes eram abandonadas em ruas, entradas de igrejas ou portas de casas. Tal prática tornou-se uma grande preocupação das autoridades do Império, o que fez com que o Vice-Rei instituísse as esmolas e o recolhimento dos expostos em asilos (ibid., 1995). Portanto, o abandono de crianças preocupava as autoridades desde o século XVII, mas foi no século XVIII que foi criada uma instituição voltada para abrigar estas crianças: a Casa dos Expostos. Esta, e a Roda, eram vinculadas à Santa Casa de Misericórdia e buscavam seguir o modelo português (MOREIRA LEITE, 2003, 1996).

A primeira Roda surgiu na Bahia em 1726. Doze anos depois, foi inaugurada a segunda no Rio de Janeiro e depois em outras localidades (PILOTTI & RIZZINI, 1995). Moreira Leite (1996) considera que socialmente a Roda era uma forma de orientar a classe popular e de afastá-la das influências da prostituição e da vadiagem. As crianças eram registradas e ficavam dois meses na Casa da Roda. Nesta instituição, poucas crianças sobreviviam, apenas de 30 a 50 %. Os sobreviventes eram levados às mulheres pagas pela Santa Casa de Misericórdia, chamadas *criadeiras*, que deveriam permanecer

com eles até a idade de 7 anos. No entanto, algumas vezes eram vendidos pela Santa Casa de Misericórdia, como registravam denúncias da época. A Roda existiu até o século XX. Em São Paulo, foi extinta em 1948 (ibid., 1996).

No Rio de Janeiro, em substituição às amas-de-leite, apareceram em comunidades pobres as creches domiciliares ou de mães-crecheiras, constituindo-se como uma forma alternativa para os cuidados infantis. Lourenço (2002) afirma que existem poucas pesquisas sobre este tipo de atendimento. Rosenberg (1989) aponta que o serviço de mãe crecheira, também denominado como lar vacinal, creche domiciliar e creche familiar, não é recente, nem exclusivo do Brasil ou de países subdesenvolvidos. Organismos mundiais, como a OMEP e o UNICEF, reconhecem-no como alternativo à falta de vagas em creches, de modo que o apóiam. É uma modalidade de cuidado por eles considerada como de baixo custo e de pouco investimento tecnológico. Rosenberg (ibid., 1989) demonstra preocupação com este tipo de postura do Estado, já que considera a creche como a melhor alternativa para os cuidados infantis, pelo seu papel educativo.

Moreira Leite (2003) destaca ainda outra questão relativa à assistência de crianças. Como a maioria das crianças abandonadas pelos pais não eram assistidas por instituições, famílias denominadas “substitutas” as abrigavam e acolhiam, sob o rótulo de filhos de criação. Ela ressalta, contudo que, até bem recentemente, próximo ao século XXI, não havia legislação que garantisse a essas crianças seus direitos (MOREIRA LEITE, 2003).

No século XIX, com o impulso da idéia de promover para os meninos uma educação voltada à indústria e para as meninas uma educação voltada ao lar, visando-se que viessem a ocupar um lugar na sociedade, surgem os asilos. Eles abrigavam os órfãos, os abandonados e aqueles que estavam fora do controle familiar – considerados

uma ameaça à ordem estabelecida. A maioria dos asilos era associada a instituições religiosas, cuja manutenção era conseguida através de doações e, algumas vezes, com apoio do poder público.

Nas primeiras décadas do século XX, acreditava-se nas vantagens do sistema familiar para educar os pequenos, o que fez com que as instituições de características asilar começassem a receber críticas. Mas foi a partir da década de 80 que este sistema de internato destinado à criança pobre teve seu maior momento de crise. As instituições foram acusadas de comprometerem o desenvolvimento das crianças, como também, de se constituírem onerosas, ineficientes e injustas. Uma vez que a criança, alcançasse o final da adolescência, saía da instituição, levando com as marcas do período de internação uma grande dificuldade de inserção social (PILOTTI & RIZZINI, 1995).

No século XIX, as creches foram criadas na França (KUHLMANN JUNIOR., 2004). Era um período de grande dilatação da economia: as mulheres eram admitidas nas indústrias e em trabalhos domésticos, necessitando de uma instituição que cuidasse de seus filhos durante a jornada de trabalho. Foram criadas com a finalidade de receber crianças, tanto filhos de operários que precisavam trabalhar, quanto crianças que estavam nas ruas, objetivando evitar que sofressem riscos de vida se permanecessem com as criadeiras (pessoas pagas para ficar com as crianças). Outra função da creche era regular os cuidados das mães para com os filhos, orientando-as sobre hábitos de alimentação, higiene e saúde. Diante da crescente urbanização, era necessário que existisse uma mão-de-obra saudável e alimentada. Assim, a creche enfrentava a miséria e a mortalidade presentes naquela época. Contudo, os médicos exaltavam os benefícios da permanência das crianças em casa, condenando todas as outras formas de cuidado fora do lar que surgiam (LOURENÇO, 2002). O aparecimento e a expansão das

creches no século XIX estavam associados ao progresso e ao mundo civilizado, preconizados pelo trabalho (KUHLMANN JUNIOR, 2004).

Pilotti & Rizzini (1995) relatam que, desde o século XIX, com o surgimento da *Puericultura*, os médicos tinham como preceito determinar quais os cuidados adequados às crianças. Esta especialidade concedeu aos médicos o poder de determinar o que era bom ou ruim nos cuidados das mães para com seus filhos – movimento conhecido como higienista (PILOTTI & RIZZINI, 1995).

As críticas dos médicos às mulheres dos patriarcas que deixavam a cargo das escravas e amas-de-leite o cuidado de seus filhos eram constantes. Essas críticas alcançavam também os patriarcas. A oposição higienista ao patriarca colonial era devido ao seu poderio financeiro, porque através do dinheiro e do poder ele poderia comprar o corpo das mulheres jovens, prejudicando a geração de sua prole. Dessa forma, os médicos atingiam a figura do pai, e forneciam elementos na luta dos filhos e das mulheres contra o seu domínio (COSTA, 1989). Essa cumplicidade criada com a matriarca propiciou que os médicos indicasse o novo papel da mulher na família restituindo, da forma que lhes convinham, o poder social do homem. Os médicos puderam determinar a natureza social do casal. Assim, para o Estado, era importante que as famílias tivessem seus filhos saudáveis, mas que também os mantivessem sobre sua responsabilidade. Evitava-se, assim, que a carga financeira da educação de crianças abandonadas recaísse novamente sobre a administração pública; ou, o que era mais grave, que a mortalidade infantil aumentasse (COSTA, 1989).

Os higienistas, como relata Civiletti & Borba (1996), foram fundadores de várias instituições de atendimento infantil. Eles estavam preocupados com o alto índice de mortalidade infantil, de forma que buscavam combater o aleitamento pago. Para tanto,

contavam com a aliança das mulheres das camadas altas da sociedade, que difundiam seus ensinamentos para as mulheres das classes pobres.

As primeiras instituições tinham o modelo de atendimento médico, com enfermeiras, e internamente assemelhavam-se aos hospitais, com mesas, berços e cadeiras de ferro. A higiene era utilizada para prevenir males físicos e morais, assim como interferiam nos costumes: uso da chupeta, ingestão de bebidas alcoólicas pelos pais e etc.

O modelo higienista e as políticas para a infância, desde o século de XVI ao século XX, serviram para construir uma forma estigmatizada de se perceber as crianças e as famílias de classe popular. Os pobres foram sendo descritos como pessoas inferiores: destacavam-se os seus vícios, eram tidos como ignorantes, já que viviam em estado de miséria e promiscuidade. Eram qualificados como destemperados, pouco higiênicos, prontos para brigas e confusões e, por isso mesmo, tinham que estar em total vigilância, visando a manutenção da ordem pública. Nesse contexto, as famílias pobres eram vistas como incapazes de cuidarem de si mesmas e, menos ainda, de suas crianças. Os pobres sozinhos eram tidos como não possuindo a forma adequada de educarem os filhos, de formar cidadãos que pudessem se integrar às necessidades da sociedade (PILOTTI & RIZZINI, 1995).

Atualmente, a literatura que se acerca do pobre na tentativa de defini-lo, acaba por acentuar-lhe ainda como um faltante, que não é somente econômica, mas como também como o não cidadão, expressando a ausência de direitos. Nas Ciências Sociais, a partir da década de 60, passou a ser comum a ocorrência de uma definição negativa, como um desviante da norma, do que deveria ser. Esse tipo de visão dos pobres fez com que suas vidas simbólicas e sociais passassem despercebidas na produção científica sobre eles (SARTI, 2003).

A família pobre era vulnerável e, através das ações do Estado, passou a estar sob seu controle. Ações de cunho normativo com respaldo científico, e a possibilidade de perda do Pátrio Poder, promoveram a submissão da família desfavorecida e, ao mesmo tempo, colocou sobre ela intensa carga de responsabilidades (PILOTTI & RIZZINI, 1995).

Ainda no período supracitado (do século XVI ao XX), cabe destacar a influência dos educadores na História Social da Infância. Froebel, e outros, dissociavam o educar (Jardins-de-Infância), das formas assistencialistas de cuidar da infância (creches, escolas maternais ou qualquer outra que desempenhasse a mesma função). Integrando a corrente assistencialista foram criados, na primeira metade do século XIX, diversos tipos de instituições de educação infantil, acompanhando a expansão do ensino elementar. O público e a faixa etária atendida caracterizavam-nas como instituições de educação infantil. Em 1925, um Congresso realizado no Brasil, sobre a proteção à infância foi determinado que primeiro as crianças deveriam ingressar na creche, depois nas escolas maternais, escolas ou classes infantis, e a partir de 7 anos, na escola primária (KUHLMANN JUNIOR., 2004). Segundo Saviani (1999) a LDB, promulgada em 1990, ainda mantém um reflexo desse pensamento, já que institui que a creche é para a criança de 0 a 3 anos e as pré-escolas com as crianças de 4 a 6 anos.

A disseminação de instituições voltadas para a infância se deu no século XIX, como parte de um grupo de ações assistenciais, direcionadas para os pobres. Tratava-se de instituições que, na época, eram consideradas como modernas e científicas, dentro dos padrões da industrialização que influenciavam estas concepções. As creches, de 0 a 3 anos, eram postas em lado oposto à Casa dos Expostos, pois eram vistas como uma forma de evitar o abandono de crianças (KUHLMANN JUNIOR., 2004).

Com o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, as iniciativas de atendimento dirigidas aos cuidados infantis seguiam um dos três modelos: o médico-higienista, o jurídico policial ou religioso. As primeiras propostas de atendimento às crianças pré-escolares brasileiras ocorreram no ano de 1899, com a fundação de duas instituições: Instituto de Assistência e Proteção à Infância do Rio de Janeiro (que por sua influência e pioneirismo, depois espalhou filias pelo Brasil) e Creche da Fiação e Tecidos Corcovado, também no Rio de Janeiro (primeira creche para as crianças filhas de operários). No entanto, dez anos antes, havia sido lançado um jornal brasileiro, editado por um médico, cujo público alvo era a mãe burguesa. Nele, encontrava-se a primeira referência a creches. O artigo não deixou de atribuir às creches a função de atender a demanda do processo de industrialização, ou seja, abrigar filhos de operárias mas, como no Brasil ainda era tímido o desenvolvimento industrial, as creches passam a ser apontadas como instituições para abrigar as crianças filhas de escravas após a promulgação da lei do Ventre Livre (KUHLMANN JUNIOR., 2004). Kuhlmann (1998) ressalta que essa caracterização da creche que atende à população de baixa renda permanece até hoje, pois as creches servem mais para atender filhos de empregadas domésticas, do que filhos de operárias.

No Brasil, o uso da creche como mecanismo de controle social tem raízes históricas, pois apenas as mães empobrecidas eram usuárias desse tipo de serviço. Este, por sua vez, era mantido por médicos higienistas e pela filantropia, com objetivos implícitos de intervir nos hábitos e comportamentos das classes populares que representavam perigo para a ordem social e saúde pública (CIVILETTI, 1988).

Os jardins-de-infância públicos e privados foram fundados para atender a elite brasileira. As principais instituições surgiram, no setor privado, como o Colégio Menezes, fundado em 1875 no Rio de Janeiro, e a Escola Americana, fundada em 1877

em São Paulo. No setor público, o jardim-de-infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos destinava-se a atender crianças da burguesia paulista. Cabe explicitar que a industrialização sempre foi utilizada como incentivo ao aumento da ofertas de instituições pré-escolares tanto no setor público quanto no privado (KUHLMANN JUNIOR, 2004).

Os vinte primeiros anos do século XX foram marcados pela implantação das primeiras instituições assistencialistas de apoio à infância. No Brasil, ao contrário da França, foi estimulada inicialmente a criação de creches, e depois os jardins-de-infância. A instalação de creches nas indústrias era estimulada em congressos sobre a infância. Essas ações eram entendidas como uma necessidade nas discussões sobre a regulamentação das relações de trabalho feminino (KUHLMANN JUNIOR, 2004).

As pesquisas educacionais e os cursos de pedagogia negligenciaram, por um grande período, os estudos sobre creche no Brasil. Isso aconteceu porque ela sempre esteve vinculada a órgãos de assistência social do Governo, e não aos órgãos governamentais de educação. Na história mais recente de expansão das creches e pré-escolas, a partir da década de 70, ficou evidente o seu caráter assistencialista sob o olhar crítico da educação compensatória. As visões educacionais acerca dessas instituições eram preconceituosas e acabaram por naturalizar uma concepção de guarda e assistência, em vez de identificá-las com um lugar de educação. Os estudos sobre educação pré-escolar têm colocado em pontos opostos estas duas formas de concepção, chegando a identificar a história da educação infantil como linear, dividida em etapas: médicas; assistencial;... ; e, por fim, a educacional. Esta última é considerada a mais desenvolvida das fases, o ponto culminante dentro do seu processo evolutivo (KUHLMANN JUNIOR, 2004).

No século XX, o crescimento econômico e a admissão das mulheres nas fábricas e como domésticas, fez com que muitas mães pobres dividissem os cuidados de seus filhos com creches de empresas, parentes ou *criadeiras* (LOURENÇO, 2002). Entretanto, o discurso médico condenava o atendimento executado pelas *criadeiras*, havendo um incentivo para que as mães permanecessem em casa cuidando de sua prole (ibid., 2002).

Atualmente, as mulheres, cada vez mais, consolidam a sua participação no mercado de trabalho. Estas transformações desencadearam vários arranjos sociais para uma de suas tarefas: os cuidados infantis, tais como avós, babás, creches, entre outras. Contudo, mesmo com a crescente aceitação social do trabalho feminino, continua a ser delegada às mulheres que acumulam os papéis de mães e trabalhadoras a solução para os cuidados dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 1998 ; PREUSS, 1998, ALMEIDA, 2005).

Até hoje, circula o discurso de que o papel de cuidador é essencialmente feminino e dirigido, principalmente, à figura materna. Ao homem, é admissível a função de suporte à mulher. Ridenti (1998) ressalta que a questão do gênero atravessa a organização do trabalho em nossa sociedade. Assim, nas atividades familiares domésticas, ao homem cabe apenas o papel de auxiliar. Almeida (2005) observou, através de entrevistas ou grupos-focais realizadas com mães trabalhadoras das camadas média e popular que, no que diz respeito aos sentidos construídos sobre cuidados infantis e maternidade as mulheres, de um modo geral, também atribuíram exclusivamente ao papel materno a função de cuidador. Viu, ainda, que os papéis de mãe (cuidadora) e trabalhadora eram fonte de conflitos internos, na medida em que pressupunham o desempenho de tarefas opostas – respectivamente, ficar no lar e sair do lar. No entanto, o trabalho feminino nas famílias pobres é, tido como indispensável. Há

necessidade de se obter dinheiro para a família (SARTI, 2003). Essa circulação de sentidos sobre “trabalho” e “maternidade” é inerente à subjetividade feminina, em função das múltiplas identidades vividas pelos sujeitos na pós-modernidade (Hall,2001).

Para Hall (ibid.), a identidade única e segura pertence ao campo da fantasia:

... à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por um multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, como cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, p. 13, 2001).

Essa questão da multiplicidade de identidades conduz a um contínuo deslocamento de identidades. É um deslocamento que empurra as pessoas para várias direções, fazendo-as assumir, em situações diversas, identidades até mesmo contraditórias, de acordo com os sentidos e significados que emergem nas diversas situações vividas.

CAPÍTULO II - A perspectiva da Rede de Significações (Redsig)

A *Rede de Significações* é uma proposta teórico-metodológica que vem sendo desenvolvida no grupo de pesquisadores que pertencem ao CINDEDI – USP, liderado pela Prof^a M^a Clotilde Rossetti-Ferreira. Seu objetivo é a abordagem dos processos de desenvolvimento humano em uma perspectiva de rede, atravessada por uma matriz sócio-histórica.

A palavra *Rede* é usada em seu sentido metafórico, ela é tida como uma trama complexa e vigorosa. Nas situações, nas interações, a *Rede* de significados pode ser identificada na ação, é ela que dá sentido ao *mundo*, ao *outro* e à própria pessoa. Daí advém a posição de destaque que a interação detém no interior da REDSIG (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

Nas situações, as diversas redes derivadas de processos dialógicos e subjetivos se entrecruzam, havendo alguns pontos em que são coincidentes. Esse fato indica que não existe uma única rede, mas várias. Elas estão interligadas por nós, ponto de convergência, que formam uma intrincada malha. Cada ponto está ligado a uma rede maior, mais complexa ou uma rede menor, mais simples. Com este feito a teoria da rede acaba pondo fim a visão dicotômica entre interno/externo e micro/macro (ibid., 2004)

Antes de dar prosseguimento à exposição da RedSig, cabe fazer a distinção entre significado e sentido. Nesse estudo, adotamos a posição de Vygotsky (1991). Entende-se por sentido um conjunto de associações psicológicas evocadas no momento do uso da palavra. Pode se dizer que o sentido não é estático, mas dinâmico e fluido, não sendo simples, mas complexo. Os sentidos variam conforme as situações em que ocorrem e pelas pessoas que os utiliza. Já o significado pode ser entendido como parte do sentido,

é seu componente mais estável. O significado das palavras é encontrado em dicionários. Mesmo quando ocorrem mudanças de sentido, o significado permanece o mesmo. (VYGOTSKY, 1991). As práticas sociais, tais como os cuidados infantis, têm uma marca dialógica, sendo perpassados por significados que levam a construção de sentidos, a partir de um amplo processo de relações no meio social (ALMEIDA et alii, 2002). Os indivíduos nas suas relações interpessoais são atravessados por significados sócio-históricos (VYGOTSKY, 1998), que foram sua matriz sócio-histórica (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, SILVA & CARVALHO, 2004, 2004). Assim, o processo de internalização de elementos sócio-históricos advém de uma atividade externa, da interação social, a qual se coloca como um espaço de construção dos significados (VYGOTSKY, 1998). A subjetividade é constituída no nível social, paralelamente à construção de conhecimento sobre o mundo.

A criança, desde o nascimento, participa de contextos culturalmente organizados, nos quais é inserida pelos adultos. Seus comportamentos, sentimentos, emoções e atitudes são significados pelo seu parceiro, em função desses contextos. A construção desses sentidos ocorre através de um processo de negociação presente na interação social. Os sentidos construídos por cada parceiro estão imersos em um processo dinâmico de significação, onde o passado (principalmente conteúdos da matriz sócio-histórica) e o futuro atuam em forma de rede, surgindo nesse processo para colorir o presente vivenciado.

Assim, as *Redes de Significação* (RedSig) da pessoa constituem-se dinamicamente, delimitadas por significados (inclusive sócio-históricos) presentes no momento da interação com as pessoas em determinados contextos (ROSSETTI-FERREIRA et alii, 2004).

A palavra *Rede* é usada em seu sentido metafórico. O ser humano recebe influências do meio, das relações que mantêm e do contexto em que está inserido. Nas situações, o sentido dado ao *mundo*, ao *outro* e a própria pessoa emerge da *Rede* de significados da pessoa (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

Pode-se dizer que o contexto é um campo interativo e dialógico. Ele está restrito às influências sociais e culturais, e é nele que o desenvolvimento humano ocorre de forma privilegiada. Os contextos podem ser descritos como sendo

“... constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, sendo guiados por funções, regras e horários específicos. Eles definem e são definidos pelo número e características das pessoas que os freqüentam, sendo marcados pela articulação da história geral e local, entrelaçadas com os objetivos atuais, com os sistemas de valores, as concepções e as crenças prevalentes.” (ROSSETTI-FERREIRA, 2004, p. 26)

Na Rede de Significações, os contextos são entendidos como meio onde são descritas duas funções: uma delas é a função de ambiente, onde acontecem as atitudes, e a outra é a função de instrumento ou auxílio no desenvolvimento. É através das pessoas ou de um grupo de pessoas que podemos definir o meio, estando em um determinado momento histórico e social. (ibid., 2004)

Já os *Campos interativos e dialógicos* campos assumem sua centralidade na RedSig por acompanharem o indivíduo desde o seu nascimento. O bebê humano possui uma dependência tão característica ao adulto que não vemos ser repetida em nenhuma outra espécie. A sobrevivência do bebê fica submetida às suas relações com seus outros sociais. Mas apesar do grande período de dependência, o bebê não comparece na

relação sem algo a oferecer. As interações em seus aspectos psicológicos são caracterizadas como um processo dialógico. O bebê, nestes momentos, contribui com sua bagagem biológica perceptiva, passível de manifestação e que permite ao bebê expressar-se através da emoção que é fundamental no contato interpessoal e na formação do vínculo com o outro. Essa habilidade apresentada pelos neonatos somente adquire sentido quando o par da relação é capaz entender e dar significado as demonstrações emocionais. Essa capacidade pode ser alocada dentro daquelas que têm sua origem nas modificações sofridas pela espécie com o passar do tempo, e tem no contato diádico e interativo a expressão de seu caráter evolutivo.(ROSSETTI-FERREIRA, 2004., 2004)

O termo *Pessoa*, nessa perspectiva, é utilizado com intuito de garantir os inseparáveis “*processos de co-contrução pessoa-meio*” (ibid. p.25). Porque é na relação que ocorre o desenvolvimento humano, os processos de diferenciação e imitação surgem em lugares e em contatos pessoais, de pessoa a pessoa, de pessoa a grupo ou de pessoa a sociedade.

O outro assume importante função. Ele faz a mediação no contato do bebê com o meio, o que envolve simultaneamente apresentação do bebê ao mundo e do mundo ao bebê. Portanto, na vivência das relações os papéis são aceitados e interiorizados ou recusados e excluídos, e nesse jogo as ações e atitudes tomam forma assumindo significados. Em geral o outro é identificado, primeiramente, na mãe e no pai, entretanto, outras pessoas podem estar nesse lugar como: avós, tios, irmãos, vizinhos, professoras e etc. (ibid. , 2004)

A história interacional que cada pessoa constrói é o que a distingue das demais, enquanto um outro, dando significado as relações numa determinada situação e num determinado contexto. Com isso, no decorrer da vida, no intrincado movimento

relacional, as identidades pessoais e grupais vão sendo constituídas. (ROSSETTI-FERREIRA, 2004)

Esses processos interativos, que se passam em contextos variados são considerados como imersos e absorvidos em uma *matriz sócio-histórica*. Essa matriz, de caráter semiótico, é constituída por significados atribuídos a elementos econômicos, sociais, históricos, culturais e políticos. Ela pode ser mudada com a inserção de vozes e condições ainda não identificadas. (ibid., 2004)

A matriz sócio-histórica é constituída por faces, possui duas partes que se aproximam e se inter-relacionam dialeticamente, podendo sustentar-se, contrapor-se ou transformar umas as outras no processo contínuo de desenvolvimento. São elas as condições socioeconômicas e políticas, e as práticas discursivas. As circunstâncias sociais, econômicas e políticas de um local específico vão dimensionar a realidade material nas quais as pessoas nascem e desenvolvem-se, submetidos a formas estáveis de atuação legitimadas e aceitas socialmente (AMORIM, & ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

O acesso à matriz sócio-histórica é sempre feito de forma incompleta, parcial. Há lacunas na captura do que ocorre nas observações das situações e daquilo que é apreendido (ibid., 2004).

O *tempo*, nessa perspectiva é entendido como inscrito nos vestígios encontrados nos contextos e situados espacialmente. Assim, auxilia para que se possa dar sentido à situação encontrada (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

Nas situações do aqui-agora há indicadores do passado, ou de experiências vividas que atuam criativamente e são atualizadas de forma ativa nos momentos de interação, na organização dos espaços, nos discursos e etc. Em um sentido, o passado e o presente articulam-se influenciando a construção do futuro. E, em sentido inverso,

dialeticamente eles ressignificam e infligem outra marca a si próprios. É por isso pode-se perceber o tempo histórico das situações através de diversos símbolos, signos, mostras do empenho criativo da raça humana. Na perspectiva da Rede de Significações o tempo, em seu aspecto dinâmico, pode ser identificado como: *tempo passado* (ou microgenético, são situadas no aqui-agora, nível dialógico das ações discursivas interpessoais); *tempo vivido* (ou ontogenético, são as vozes que surgem a partir das práticas discursivas, construídas socialmente durante o processo de socialização com as diversas pessoas, em contextos e experiências semelhantes, com as quais teve contato no decorrer da vida); *tempo histórico* (ou cultural, é o ponto central simbólico de uma cultura em que ao meio social coube construir no decorrer de longos períodos de tempo e em uma sociedade determinada) e *tempo de orientação futura* (ou prospectivo, é compostos por aquilo que o indivíduo e a coletividade esperam alcançar, conjuntamente com propostas). Essas dimensões temporais possuem uma relação dialética que a fazem inter-relacionarem-se, mutuamente, sustentando-se, opondo-se e transformando-se. Segundo essa perspectiva, o tempo pode ser entendido como uma noção que trata acontecimentos que ocorrem em transformação contínua. (ROSSETTI-FERREIRA, 2004)

A metáfora da *RedeSig* aponta a complexidade da subjetividade humana. O entrelace de elementos da rede promovem o aparecimento de sentidos e significados nas situações.

Os processos de subjetivação são circunscritos pela Rede de Significação. A rede coloca à disposição dos participantes de uma situação um grupo de significados que induz a possíveis ações. Esses significados, perpassados em ações, emoções e concepções (normas, valores sociais, crenças, etc.) apontam em determinadas direções, delimitando certas práticas sociais e regiões possíveis de ação das pessoas em interação.

Assim, os processos indicam o mesmo que um prognóstico e também um limite das ações. (ROSSETTI-FERREIRA, 2004)

A presença desses circunscritores sistematiza e organiza as situações, canalizando o percurso do desenvolvimento humano, num processo que o distancia de certas direções e aquisições e, no mesmo instante, aproxima de outras. Assim, o desenvolvimento tem sua direção determinada por um conjunto de fatores, impossibilitando a previsão do que irá acontecer (SILVA, ROSSETTI-FERREIRA, & CARVALHO, 2004).

Os circunscritores podem ser tanto de ordem material quanto simbólica desempenhando um importante papel na constituição dos ambientes, na construção de relacionamentos e na subjetividade (ibid., 2004). Eles possuem diferentes níveis de influência, dependendo do período histórico, dos participantes e situações. A configuração hierárquica assumida por esses fatores pode ser redefinida a cada novo contexto. Os circunscritores podem, ainda, se caracterizar como de ordem biológica (dor, fome, doença, cansaço, condições físicas e etc.), psicológica e sociocultural (ibid., 2004).

Dentro da noção de rede é possível também perceber que cada pessoa, que traz consigo todo o arcabouço de suas experiências ulteriores e perspectivas futuras em um contexto, constitui recortes específicos em sua rede (ALMEIDA, 2003).

Assim, nesta dissertação, quando tomamos uma entrevista ou um grupo-focal, nos deparamos com um processo de produção de sentidos. Os relatos coletados são tidos como momentos do processo de elaboração de significados pelos participantes atribuídos aos cuidados infantis. Nesse processo, o tempo presente (sentido dados aos cuidados infantis) é estendido em direção ao passado (normas, valores e crenças atribuídos aos cuidados) e ao futuro (o que se deseja, o que espera, sobre essa questão).

Esses relatos são constituídos de sentidos construídos a partir de três pólos ativos - o próprio locutor, seu objeto de discurso ou referência e as pessoas presentes na situação (ALMEIDA, 2003).

METODOLOGIA

CAPÍTULO III - O contexto do estudo

O conjunto de favelas estudado tem cerca de 65.026 habitantes, o que perfaz 1,1% do total de moradores da cidade do Rio de Janeiro. Este conjunto é formado por 11 das 752 favelas catalogadas do Rio de Janeiro (IPP, 2003), onde vivem aproximadamente 33,3 % da população total do município (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO). Essas favelas, de uma forma geral, têm sido caracterizadas através da mídia pela violência, problemas na qualidade e no oferecimento de educação formal, dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde, habitação, urbanização e de proteção ambiental, dificuldade de acesso à cultura e ao lazer, e alto índice de desemprego. Queixas que também surgiram nos dados coletados (ibid. 2003).

As favelas localizam-se na Zona Norte do município, sendo circundadas por cinco bairros. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desse complexo de favelas foi classificado como o terceiro menor nível de qualidade de vida em todo o município do Rio de Janeiro. Todos os indicadores considerados para identificação do grau de desenvolvimento de uma localidade (condições de moradia e meio ambiente, oferecimento de serviços, acesso a escolas e creches, índice de analfabetos e etc.) é mais baixo que nos bairros próximos (ibid. 2003).

A distribuição de seus moradores por gênero, tem um perfil semelhante ao encontrado no município do Rio de Janeiro, como pode ser visto na quadro a seguir:

Quadro 1: Dados comparativos da distribuição populacional de gênero

	Município do Rio de Janeiro	Percentual *	Conjunto de favelas	Percentual*
<i>Homens</i>	2.748.143	47 %	31.767	48,9 %
<i>Mulheres</i>	3.109.761	53 %	33.259	51,1 %
<i>Total</i>	5.857.904	100 %	65.026	100 %

*Números aproximados. Fonte: IBGE, 2002.

Ainda em relação à gênero, entre os chefes de família, 68,7 % são homens e 31,3 % são mulheres, ou seja, aproximadamente um terço dos responsáveis pelos lares são mulheres (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

No que diz respeito à renda familiar (tabela abaixo), 34,3% dos domicílios tem uma renda na faixa de 0 a um salário mínimo, sendo alarmante o grande número de pessoas que se encontram sobrevivendo sem nenhuma fonte de rendimento: 15,2%. Quando consideramos a faixa de 0 a 2 salários mínimos, vemos que esta alcança 62,1% das famílias dessa região (ibid, 2003).

Quadro 2: Distribuição de renda familiar em número de salários.

Rendimento e salários mínimos	Percentual
<i>Não tem rendimento</i>	15,2 %
<i>Até ½ salário mínimo</i>	0,6 %
<i>½ a 1 salário mínimo</i>	18 %
<i>1 a 2 salários mínimos</i>	26,8 %
<i>2 a 3 salários mínimos</i>	16,3 %
<i>3 a 5 salários mínimos</i>	14,5%
<i>5 a 10 salários mínimos</i>	7,5 %
<i>10 a 15 salários mínimos</i>	0,6 %

Fonte:IBGE, 2002.

O município do Rio de Janeiro é organizado em regiões administrativas (RAs). A RA do conjunto de favelas estudado (XXIX região) foi criada em 1986. Depois de sua implantação, alguns benefícios foram conquistados pelos moradores, como colocação de asfalto, contenção de encostas e construção de creches e escolas (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

O estudo da questão dos cuidados infantis, requer que se contextualize a atuação dos órgãos públicos que atuam na região. Na área de Educação, a população do conjunto de favelas em estudo conta com a 3ª e a 4ª CRE (Coordenadorias Regionais de Educação) da Secretaria de Educação, para prestar atendimento nas áreas de Educação Infantil (onde se inserem creches e pré-escolas) e do Ensino Fundamental (ibid, 2003).

Especificamente quanto à Educação pode se depreender, do quadro abaixo, que quase 50% das crianças de 5 a 6 anos estão alfabetizadas. Apesar deste número ser superior ao encontrado entre os adolescentes maiores de 15 anos (3,4%), ainda é inferior ao grupo etário de 10 a 14 anos. Tal fato pode significar uma alfabetização tardia, como também, ser resultado das campanhas governamentais e fundos de apoio para o incentivo à educação de crianças que se encontram no ensino fundamental (ibid. 2003).

Quadro 3: Índice de crianças e adolescentes alfabetizados.

Faixa Etária	Percentual
<i>5 a 9 anos</i>	48,6 %
<i>10 a 14 anos</i>	95,1 %
<i>15 a 19 anos</i>	96,6 %

Fonte: IBGE, 2002

Já entre os chefes de família, 40,2% alcançaram quatro anos de estudo (o que em alguns casos equivale ao primeiro segmento do Ensino Fundamental) – quadro 4 a seguir. Vê-se ainda, que 16,5% deles nem mesmo freqüentaram a escola (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Quadro 4: Tempo de estudo dos chefes de família.

Tempo de estudo	Percentual
<i>Não freqüentaram ou só estiveram na escola até um ano</i>	16,5 %
<i>Freqüentaram até 4 anos</i>	40,2 %
<i>Freqüentaram de 5 a 8 anos</i>	29,7 %
<i>Freqüentaram de 9 a 12 anos</i>	12,3 %
<i>Freqüentaram 13 ou mais anos</i>	1,3 %

Fonte: IBGE, 2002

A distribuição dos 65.026 habitantes por faixa etária, mostra que há 15,3% de crianças na faixa pré-escolar:

Quadro 5: Distribuição da população do conjunto por faixa etária.

Faixa Etária	Número de Habitantes	Percentual*
<i>0 – 3 anos de idade</i>	5.714	8,8 %
<i>4 – 6 anos de idade</i>	4.258	6,5 %
<i>0 – 6 anos de idade</i>	9.972	15,3 %
<i>7 – 14 anos de idade</i>	9.741	15 %
<i>15 – 17 anos de idade</i>	3.804	5,9 %
<i>15 anos ou mais de idade</i>	45.313	69,7 %

Fonte: Censo IBGE, 2002

Isto significa que os responsáveis, que trabalham ou precisam se ausentar, têm que encontrar soluções para os cuidados de suas crianças.

CAPÍTULO IV - Sujeitos e Procedimentos – Construção do corpus do estudo

O estudo foi conduzido em duas etapas.

Em um primeiro momento, na pesquisa participativa realizada a partir da parceria de uma ONG com a UFRJ (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO) buscamos o levantamento dos equipamentos sociais existentes nas favelas, ou seja, Associação de Moradores, Creches, Escolas de Educação Infantil, Escolas de Ensino Fundamental, Escolas de Ensino Médio, Mães Crecheiras, Explicadoras, Núcleos Comunitários de Atendimento de Saúde, Espaços de Lazer, Grupos Religiosos, Núcleos da Pastoral da Criança, Cursos Profissionalizantes, Alcoólicos Anônimos, TV Comunitária e Organizações Comunitárias. Esta etapa foi feita com a participação de agentes comunitários de pesquisa, facilitadores dos contatos e inserção da equipe de pesquisa nas favelas.

A seleção dos agentes de pesquisa foi feita em conjunto com CCP (Conselho Comunitário de Pesquisa). Este conselho era composto por líderes comunitários, pela equipe de pesquisa e por pessoas de instituições que desenvolviam projetos nas favelas. Os agentes selecionados realizaram duas capacitações, que objetivaram um maior conhecimento das questões estudadas e a apresentação do trabalho de campo. Ao longo do estudo, trabalhou-se com cerca de 50 agentes de pesquisa, todos adolescentes, que também passaram a integrar o CCP.

O primeiro passo para o levantamento dos equipamentos sociais foi à coleta dos dados oficiais (IBGE, IPP, SMS, etc.) sobre o Complexo, que indicaram a existência de 10 (dez) de favelas. Estes dados foram complementados com informações obtidas nas

reuniões do CCP cujo grupo, além de proporcionar apoio para inserção da pesquisa nas favelas, fez um mapeamento dos recursos existentes.

Para se ter uma visão geral de cada favela foram realizados, em duas etapas, *mini-tours* pelas favelas. Eram visitas guiadas pelos agentes de pesquisa do estudo, adolescentes moradores das próprias favelas, que facilitavam os contatos com a comunidade para a coleta de dados - agendavam as entrevistas e os grupos-focais e, em muitos casos, também participavam como expectadores nesses grupos. Ao término de cada visita, era elaborado um diário de campo sobre as impressões pessoais do pesquisador sobre o local visitado, especialmente no que dizia respeito às moradias, ao acesso à favela, ao saneamento, ao espaço disponível para lazer e às histórias que pudessem ter sido contadas espontaneamente pelos moradores (agentes de pesquisa ou outros). Na primeira etapa de *mini-tours* uma nova favela foi encontrada no conjunto.

A partir desse mapeamento, e após fazemos *mini-tours* com os agentes comunitários de pesquisa nas favelas, foi feita uma comparação entre os dados oficiais e o que realmente foi encontrado no Complexo. Como também tivemos o acesso aos mapas da (SMH), estes, em segundo momento, fizeram com que retornássemos às favelas (as anteriormente registradas e a nova) para (re) identificar e (re)contar os equipamentos sociais e (re)visita-las através de *tours*. Utilizamos ainda mapas da SMS, para que a equipe de pesquisa pudesse fazer a distribuição topográfica dos equipamentos encontrados. Depois disso, finalmente demos por encerrada essa etapa da pesquisa. Assim, do total de 11 favelas que compõem o complexo de favelas, em apenas uma não foi possível proceder-se ao trabalho de campo. Nas demais, foram realizados *mini-tours*, 17 grupos-focais e 22 entrevistas.

Para esta Dissertação fizemos um recorte desses dados, levantando especificamente os equipamentos sociais voltados para os cuidados infantis (Creches, Escolas de Educação Infantil, Mães Crecheiras) em todas as favelas estudadas.

A segunda etapa do meu estudo diz respeito aos grupos-focais e entrevistas que realizamos na Pesquisa supra-citada (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Minayo (2000) define como grupo-focal os grupos de discussão que evidenciam em seu diálogo as suas crenças, valores e significados sócio-históricos, enfim, tudo que tem importância para os entrevistados. Caracterizam-se pela reunião de pessoas em pequeno grupo, freqüentemente formado por 6 a 12 pessoas, com a participação de um animador. Geralmente são usados para:

“... (a) focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; (b) complementar informações peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; (c) desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares.” (ibid., p. 129).

Os grupos focais aconteceram em dez favelas. Eram compostos por moradores da favela. Seus perfis foram definidos mediante características consideradas relevantes ao estudo (por exemplo, grupo de mães, grupo de pais, etc.). Para sua formação, contava-se com o auxílio das lideranças e dos agentes comunitários de pesquisa. Assim, de acordo com o local de realização do grupo-focal, as características dos participantes mudavam, de modo que, quando este era realizado numa creche dentro da favela a maioria era composta por mulheres, mães e trabalhadoras (mesmo que esse trabalho fosse intermitente).

De cada grupo, participavam pelo menos dois pesquisadores de campo e dois agentes comunitários de pesquisa. As discussões nos grupos eram promovidas pelo facilitador a partir de um roteiro semi-aberto, que constava de diversos eixos (em anexo) foi utilizado para promover nos encontros as discussões. Neste estudo, recortei os dados referentes ao eixo: “Cuidados infantis”.

As entrevistas eram do tipo semi-estruturadas, ou seja, partiam de um roteiro aberto formado por questões gerais. Segundo Minayo (2000) a entrevista é um instrumento que liberta o pesquisador do aprisionamento a respostas e perguntas pré-definidas:

“O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma uma delas) e ao mesmo tempo Ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.” (ibid., 2000, p.109 e 110)

A entrevista, que utilizamos, cujo roteiro se encontra em anexo, teve como eixos: convivência e participação comunitária, relações familiares, gravidez, amamentação, cuidados infantis, rotina familiar e rede social de apoio. Recortei, para a minha dissertação, os dados relativos a cuidados infantis.

Após a realização de cada grupo-focal ou entrevista (assim como ocorreu nos *mini-tours*) foi elaborado um diário de campo que segue o modelo proposto por Corsaro (1981), ou seja, inclui anotações sobre: interferências ocorridas no planejamento (metodológicas); as impressões pessoais do pesquisador (pessoais); características do

contexto (campo) e levantamento de hipóteses que possam ampliar a compreensão sobre a da questão em estudo (teóricas).

Logo, o corpus do estudo foi construído com os diários de campo, os dados provenientes do levantamento de recursos de cada favela (coletados na própria favela e através dos bancos de dados do IBGE, IPP e SMH, extraídos do relatório 1) e os dados construídos pelas entrevistas e grupos-focais (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

As coletas dos dados foram conduzidas em consonância com a Resolução 199/96 do Ministério da Saúde. A pesquisa foi previamente submetida a um Comitê de Ética. Todos os sujeitos assinaram um termo de consentimento Informado.

Cabe esclarecer quanto à coleta de dados, ainda no que diz respeito a entrevistas e grupos-focais, que apenas uma dessas fontes foi sorteada para compor os dados sobre cada favela estudada (identificadas no estudo como favelas; A, B, C, ..., J).

Todas as entrevistas e as sessões de grupos-focais foram gravadas em áudio. Para tentar obter o registro das vozes de todos os integrantes dos grupos-focais, com menor perda possível de dados, foram utilizados dois gravadores em cada sessão. Os pesquisadores ficavam responsáveis pelo controle das gravações e pela condução do grupo. Os dados gravados foram integralmente transcritos, por uma equipe contratada para este fim. Após a seleção de dez entrevistas e grupos-focais, realizaram-se diversas leituras das transcrições, efetuando o recorte dos trechos que faziam referência à questão de estudo – cuidados infantis. Obtive um total de 30 recortes.

A análise de conteúdos dos recortes realizados foi feita com base nos pressupostos teórico-metodológicos da *Rede de Significações* (ROSSETTI-FERREIRA et alii, 2004).

CAPÍTULO V - Cuidados Infantis nas favelas estudadas.

5.1 - Os equipamentos sociais levantados e o discurso dos moradores

Para caracterizar cada favela estudada, optamos na análise dos dados pela apresentação simultânea dos dados provenientes das duas etapas do estudo. Assim, a fonte de cada dado (levantamento dos equipamentos sociais, diário de campo, entrevista, grupo-focal e relatório de pesquisa) está identificada em parênteses.

Favela A

Não existem dados oficiais sobre a ocupação desta favela. Os dados e informações construídos ao longo do trabalho de campo (especificamente, através do diário de campo) indicam que grande parte dos ocupantes dessa parte do morro são oriundos das Minas Gerais. Devido à herança dos costumes da terra natal, muitos criam animais, têm plantação de hortaliças e leguminosas, possuem muitas árvores frutíferas, principalmente no alto do morro, que de tão arborizado chega a possuir uma brisa fresca, diferente da quente parte baixa (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

No início da subida da favela, a Prefeitura começou um projeto de urbanização, mas este não avançou muito para o alto do morro. O restante das ruas, vielas e becos não receberam asfalto, nem saneamento básico. As construções no alto do morro são muito precárias. Além de casas de alvenaria, encontramos muitos barracos de estuque e madeira aproveitada (ibid., 2003).

Nos anos noventa, esta favela alcançou, com o aumento de moradias, a maior taxa de crescimento entre as favelas vizinhas. Possui no conjunto de favelas a maior representação de crianças e adolescentes da faixa de 0 a 18 anos. No entanto ela situa-se, como a terceira favela com menor taxa demográfica, suas famílias costumam ser numerosas e na metade delas, apenas um membro trabalha. A renda familiar encontrada é a mais baixa entre as favelas e há o maior índice de desempregados (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Com o levantamento dos equipamentos sociais foram encontradas três mães crecheiras e uma creche comunitária com convênio municipal (atendia a 50 crianças). No entorno, foram citadas cinco escolas públicas e duas escolas particulares que oferecem Educação Infantil. (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Apesar de existir uma creche na favela, essa quantidade é insuficiente para a demanda de crianças. Assim, as mães têm que encontrar outras soluções para os cuidados infantis, segundo os relatos no campo. O recorte abaixo, extraído de um grupo focal realizado com mães dessa favela, ilustra o número insuficiente de creches. Vale observar que as participantes não eram, necessariamente, usuárias da creche.

...

Entrevistador: Porque que acontece isso das pessoas estudarem só até o 1º grau?

P1 - Ah! Porque vem os filhos.

P2 - Falta de oportunidade também.

P3 - Eu tenho que trabalhar e não tenho como estudar. Aí, deixa a escola e vai trabalhar. Porque as coisa é tudo muito difícil, sabe, aí tô parada.

P4 - Eu também preciso deixar as crianças com alguém.

Entrevistadora: Não tem creche aqui na favela?

P4 - Tem a creche ali.

P5 - Mas até certa idade.

P6 - À noite não, a noite não tem creche.

P4 - É a noite não tem como.

Entrevistadora: E essa creche ela atende todas crianças da favela?

P4 - Quase todas, mas a maioria é mas assim mas pra...para o povo, aqui pra cima poucas crianças que tem.

Entrevistadora: Mas por exemplo uma mãe que queira colocar a criança na creche, é fácil? Ela chega lá tem vaga?

P4 - Não, não, não é assim não

Entrevistadora: Não tem vaga?

P5 - Eu tô querendo colocar o meu tem bastante tempo

P6 - Tem que esperar aparecer vaga

[Grupo focal – Recorte A.1]

Ainda neste grupo focal, os filhos foram apontados por algumas mães como a causa da interrupção de seus estudos. Contudo, não lhes foi perguntado se elas dispunham de pessoas que pudessem ajudá-las a conciliar os estudos e os cuidados com seus filhos. Fica então, em aberto, até que ponto a interrupção dos estudos deve-se a

uma valorização do papel da mãe enquanto cuidadora exclusiva dos filhos – valor presente na matriz sócio-histórica dos indivíduos da nossa cultura.

Favela B

A favela B localiza-se em uma faixa de terra que abrigou, em tempos remotos, uma criação de gado. Sua ocupação, a partir de 1928, foi consequência de arrendamentos e aluguel da área. Depois de sucessivas mudanças de proprietários, um deles começou a doar pedaços de terra a moradores. Mas foi nos anos de 1960, após retirada de moradores de construções irregulares da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, que o ritmo de sua ocupação aumentou significativamente (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Sua população é de cerca de 11.092 de habitantes, que moram em 3.089 domicílios. A relação entre habitantes e moradias encontradas é de 3,6 habitantes por moradia.(SMH). A favela, em termos populacionais, representa 15% do total de moradores do conjunto favelas (ibid., 2003).

Geograficamente, esta favela é como um estreito, uma espécie de vale, já que é constituída por uma rua circundada por dois grandes morros. Ela avança lateralmente para esses morros de forma modesta. É uma favela que está mais próxima de uma das principais vias de circulação do bairro. O comércio é bastante desenvolvido, tendo diversos tipos de serviços, inclusive mototáxi. A circulação de pessoas impressiona, pela quantidade e variedade: crianças (escolares ou não), adultos novos ou mais velhos, idosos. Esta rua poderia facilmente ser confundida com qualquer rua do centro do Rio, tomando-se como referência o fluxo de pessoas. (Diário de Campo)

Além do movimento de pessoas mencionado, outro fato que impressiona ao observador é a grande quantidade de lixo pela rua. À proporção que se avança para o interior da favela, percebe-se o aumento da quantidade de valas negras e a ausência de saneamento. Quando chove, a rua fica com mau cheiro e uma grande quantidade de lama e lixo desce dos morros que cercam a favela. Possui água encanada e luz nos domicílios (Diário de Campo).

Dentro do conjunto, ela é identificada como a terceira favela com menor renda familiar. Esse dado assume um aspecto contraditório, visto ser esta a favela com o menor índice de desemprego entre os moradores. Suas famílias têm em média até cinco membros e aproximadamente 34 % delas sendo chefiadas por mulheres (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

A Associação de Moradores presente na favela oferece diversos serviços. Entre eles, estão: reforço escolar, atendimento médico, odontológico e fisioterápico, atividades esportivas (como lumbaeróbica e jiu-jitsu). Há ainda uma rádio comunitária.

Possui uma ONG que oferece atendimento médico e reforço escolar.

A Prefeitura mantém, quase na entrada desta favela, uma Vila Olímpica, que é uma das poucas áreas de recreação, lazer e prática de atividades desportivas.

No levantamento dos equipamentos sociais para educação infantil foram encontradas apenas uma creche particular, duas mães crecheiras e uma escola particular de Educação Infantil (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO).

Em um grupo focal realizado na sede da Associação de Moradores, com pessoas que possuíam algum vínculo com a associação, ou faziam algum tipo de atividade isolada para benefício da favela, foi apontada a necessidade de implantação de projetos sociais para as crianças durante a ausência de seus pais:

PI - ... E trabalhos sociais pra eles, né? Para ter uma vida mais ocupada essas crianças. E... eu acho que...isso mesmo, é uma lição muito boa, é um encaminhamento bom pra criança, enquanto a mãe está trabalhando né? ... Quando vão chegar em casa as crianças tão dormindo, de manhã acorda, vai pro trabalho novamente, a criança fica mais... , as crianças ficam mais sozinhas, ficam tomando conta sem a gente. Vê, então o negócio é o seguinte, as crianças precisam mais de carinho, mais amor né? As crianças precisam, necessitam muito mesmo disso, dos cuidados da mãe

...

[Grupo focal – Recorte B.1]

Essa pessoa fala de crianças que na ausência de projetos que as ocupem, ficam sozinhas em suas casas tomando conta uma das outras. É interessante notar que, ao mesmo tempo, propõe projetos para as crianças, a participante exalta o valor dos cuidados maternos. Tem-se a existência de um conflito de valores voltado para a família: trabalho feminino versus cuidados infantis. (SARTI,1995)

Outra rede social de apoio encontrada é a igreja. As instituições religiosas dentro das favelas representam locais onde muitas famílias encontram amparo:

PI - ... Quer dizer, nós precisamos de ajuda, entendeu, é... é uma coisa o pessoal chegar lá na igreja, é uma igreja pequena, ... nós estamos... estamos com crianças lá que não estão..., que estão com 6 anos e não estão na escola, não sabe nem ler, mas tem vontade de aprender, mas a

mãe e o pai não podem pagar. ... Então só pra... lá perto de casa tem um monte de moças que precisam de ajuda, mas como? ...

[Grupo focal – Recorte B.2]

O recorte, a seguir, mostra uma integrante da Igreja mobilizada com a questão dos cuidados infantis na favela:

...

P2 - ...Olha, eu fiz uma entrevista semana passada, eu achei 135 crianças em todo conjunto sem escola. Pai desempregado, pai morto, pai isso, pai aquilo, não pode pagar. Criança que foi expulso da escola ... que foi expulso, criança com 6, com 8 anos foi expulso das escola. ...

Entrevistadora - Geralmente quem é expulso...

...

- Quem é expulso geralmente das escola é os filho de pobre...

P3 - ... Ah então... porque não tem como correr atrás...

P4 - ... já viu filho de rico responder...? você vai ver um filho de rico ser expulso da escola? é ruim...

P2- ...Eu chorei vendo duas crianças de 6 anos...

P2 - ...A mãe da... teve depressão,... está em cima da cama porque o menino foi expulso da escola, porque o menino sobe na cadeira e faz bagunça...

[Grupo focal – Recorte B.3]

Vê-se ainda que há uma preocupação dos participantes deste grupo focal em quantificar as necessidades de cada criança da favela. E diante de casos de expulsão de escolas de crianças pequenas, não é apresentada nenhuma solução para a família. A recusa de uma instituição de dar apoio a uma mãe que precisa trabalhar, pode deixá-la sem saída. No relato, anterior, a mãe teve depressão após a expulsão do filho da escola.

Viram-se, também, relatos sobre cuidados infantis que, de um modo geral, apontavam a necessidade de creches públicas na favela, devido ao fato de muitas crianças permanecerem sozinhas pela rua ou em casa.

...

P5 - ... eu vou falar sobre uma creche que nós precisamos muito, tem muita criança jogada. Muitas mães querem trabalhar e não tem lugar pra botar essas crianças, a maioria das crianças ficam jogadas na rua, fica andando o dia todo porque não tem lugar pra ficar. Nós estamos precisando de uma creche. ...

[Grupo focal – Recorte B.4]

Esta participante toma a creche como a solução para os cuidados infantis. Vale lembrar, que este trecho foi proferido durante a apresentação dos participantes do grupo focal e, portanto, pode ser mais uma indicação da influência da pesquisa encomendada pelo Unicef.

...

Entrevistadora – E como que os cuidados costumam é... cuidados com os filhos ... as mães quando saem pra trabalhar, deixam com quem?

P1 - Só fica sozinha, só fica as crianças sozinhas...

P3 - ... tem uma menina com oito anos que ela toma conta do irmão que é da sala..., é aluno da professora aqui... elas acham comum...

[Grupo focal – Recorte B.5]

Para trabalhar, as mães às vezes têm como única alternativa deixar os filhos sozinhos, responsabilizando os mais velhos pelo cuidado dos menores. Nas falas, o relato sobre crianças que ficam sozinhas não é considerado a melhor solução para os cuidados infantis.

Viu-se ainda que algumas mães, quando deixam seus filhos sozinhos em casa, tentam contar com o auxílio de vizinhos:

...

Entrevistadora – Tem creche?

P2 - Creche não tem não...

P3 - olha assim..., creche não tem, porque...

Entrevistadora – Quais são as outras formas ..., de cuidado da criança, se não for deixar em casa sozinho...?

P1 - a gente pede um vizinho pra olhar..., às vezes fica na rua jogado ali...

P3 - é... com o vizinho..., a gente tenta...

[Grupo focal – Recorte B.6]

Mas parece que nem sempre essa solução é eficaz.

Outras mães pagam pessoas da favela para cuidarem de seus filhos:

...

Entrevistadora – Aqui têm pessoas que ganham dinheiro tomando conta de crianças?

...

P6 - têm...

P1 - tem minha filha, mas aí quer dizer... às vezes não podem nem pagar, enquanto vai pagar dez pra pessoa tomar conta do seu filho, é 10 reais a menos de comida dentro de casa...

P6 - tinha que ter aqui... na associação...

P7 - tinha que ter uma de graça.

[Grupo focal – Recorte B.7]

Nesta favela, segundo as falas, existem mulheres que cuidam de crianças enquanto as mães estão trabalhando. Por este serviço é cobrada uma determinada quantia cujo valor varia muito de uma favela para outra. Mesmo essa solução não parece atender aos participantes, já que nem todas as famílias podem pagar por este tipo de serviço.

Esses trechos mostram que os participantes do grupo focal solicitam creches servindo à favela, já que ela não tem uma creche pública. No levantamento dos equipamentos sociais existentes, encontrou-se uma creche particular, duas mães crecheiras e uma escola particular de Educação Infantil. Esses dados parecem indicar que para os participantes desejam a construção creches públicas.

Favela C

A ocupação dessa área começou em 1951, depois da venda de parte da propriedade que pertencia a um homem de origem estrangeira para um nobre. A partir daí, lotes foram sendo alugados para empregados e nordestinos. Após a morte do senhor estrangeiro, seu herdeiro começou a lotear também a parte alta do morro. A favelização da área ocorreu após subseqüentes locações (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

A população dessa favela representa 23% da população total do conjunto de favelas investigado (ibid., 2003). Dados do IBGE (2002) apontam para uma população de 18.494 habitantes ocupando 4.647 moradias. A relação entre habitante e moradia encontrada é de 4 habitantes por moradia (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO, 2003).

Apesar de ser uma favela localizada em um morro e com acentuado declive, esta é a favela que possui um dos melhores acessos, pois se encontra próxima a uma das principais ruas de um dos bairros que abrigam o conjunto de favelas. As características dos domicílios da favela variam conforme a distância que estejam da rua principal. As condições de moradia no topo do morro são pobres e precárias, contrastando bastante com aquela verificada até pelo menos a metade da subida do morro. Entretanto, a favela ocupa dentro do conjunto de favelas a melhor infra-estrutura e condições de moradia, particularmente quando comparada a A e H. Junto com D e J é considerada como elite dentro do conjunto (ibid., 2003).

As famílias em 88% dos casos caracterizaram-se como famílias extensas (pais, filhos, avós, tios e netos). A mãe aparece em 12% das famílias como chefe e principal

provedora. As famílias são compostas, em média, por seis pessoas (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO, 2003)

A Associação de Moradores contém uma creche comunitária conveniada com a Prefeitura. Existem ainda, no que diz respeito aos arranjos encontrados para os cuidados infantis, duas creches particulares, uma mãe crecheira e três escolas particulares com Educação Infantil (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO).

A entrevista, a seguir, foi realizada num dia de domingo, no quintal da casa de uma mãe crecheira. Durante a entrevista, seus filhos solicitavam sua atenção. O marido, que estava presente no domicílio, não conseguia entreter as crianças durante muito tempo. A entrevista foi curta, para não atrapalhar as atividades da mãe crecheira em seu dia de folga, porém foi proveitosa para a pesquisa. (Diário de Campo)

...

Entrevistadora - É..., sempre que você precisa de alguém, algum vizinho com quem possa contar, sempre que precisa você tem alguém, algum vizinho com quem possa contar para ajudar ?

Entrevistada- Tem, tem sim.

Entrevistadora - Tem ?

Entrevistada - Tenho.

Entrevistadora - E você precisa para que ?

Entrevistada - Olha, de vez em quando não dá para o meu esposo olhar as crianças para mim, então eu conto com vizinho, mais, mais, mais nessa, nessa parte, quando eu preciso sair.

Entrevistadora - Agora, é..., o que é que, me conta um pouco mais sobre o seu trabalho, assim, que você faz, com as crianças.

Entrevistadora - Você fica com quantas crianças ?

Entrevistada - Bom, eu estava com as três, né, depois que eu vim do hospital eu fiquei com as três, mas aí eu estou tendo problemas com a mãe das crianças, que ela

...

Entrevistada - Então o meu, meu trabalho aqui com eles é, eu tomo conta para elas trabalhar, a maioria das mães aqui precisa muito. Essas três, por exemplo, ela é sozinha, ela e as crianças.

Entrevistadora - Você geralmente fica quanto tempo com as crianças ?

Entrevistada - É, eu fico, a semana toda, de segunda a sexta ...

Entrevistadora - E pega que horas ?

Entrevistada - Eu pego às sete da manhã, fico até cinco seis da tarde, o horário que a mãe chegar.

Entrevistadora - Dá comida né.

Entrevistada - Dou comida, dou alimentação, o banho, levo ao posto de saúde para tomar vacina, por que eu acho que não é só tomar conta.

Entrevistadora - E você faz isso, quem é que fica com o resto ?

Entrevistada - Bom aí, eu faço aquilo que eu falei, eu deixo o meu esposo, e levo, então aí eu procuro sempre

Entrevistadora - então ele também acaba cuidando das outras crianças ?

Entrevistada - Acaba cuidando das outras crianças também, ele me ajuda nesse ponto, então eu sempre, eu procuro levar ao posto de saúde

quando tem um meu para levar, aí eu levo todo mundo junto, às vezes saio sozinha com eles todos. Loucura, né.

[Entrevista – Recorte C.1]

A mãe crecheira relata precisar eventualmente dos seus vizinhos como apoio quando o marido esta indisponível para auxiliá-la e ela necessita sair. Neste trecho aparece, pela primeira vez, a referência a uma figura masculina apoiando os cuidados infantis prestados à favela.

A mãe crecheira desenvolve suas atividades na sua casa, onde estão seus quatro filhos pequenos. Assim, a sua tarefa de mãe, cuidadora dos filhos, é facilitada para que, ao mesmo tempo, possa exercer uma atividade que complemente a renda familiar. A rotina de trabalho da mãe crecheira começa às sete horas da manhã e se encerra quando as mães retornam do trabalho. Leva-os ao posto de saúde, dá alimento e cuida da higiene.

...

Entrevistadora - *Dois estão na escola, com os dois dela, e com os três que ela toma conta. Qual a idade das crianças que você estava ?*

Entrevistada - *Cinco anos, quatro anos e dois cinco.*

Entrevistadora - *E estão na escola esses três ?*

Entrevistada - *Só uma, uma está na escola e uma na creche.*

Entrevistadora - *Meio horário.*

Entrevistada - *A da creche eu também tomava conta, porque é, a creche é quatro horas da tarde, né, eu ia buscava e ficava comigo até a mãe*

chegar. A que estuda, estuda na parte da manhã e na parte da tarde ficava comigo e a menorzinha ficava o dia inteiro.

[Entrevista – Recorte C.2]

As crianças cuidadas pela mãe crecheira também estão inseridas na rede de ensino regular freqüentando creches e pré-escolas. Este trecho demonstra ainda que, para complementar as necessidades de outras formas de cuidados, as crianças precisam estar matriculadas em instituições de Educação.

A mãe crecheira quando realiza essa atividade remunerada diz não diferenciar os cuidados dos filhos daqueles dispensados as crianças que ficavam em sua casa.

...

***Entrevistadora** - É, você, você na realidade cuida faz a educação dos seus filhos junto com essas crianças, né ?*

***Entrevistada** - É junto com as crianças.*

***Entrevistadora** - Você consegue, você tem alguma diferenciação da sua forma de cuidar de um e do outro.*

***Entrevistada** - Não, não, não, se eu tiver que brigar, eu brigo com eles da mesma forma que eu brigo com os meus, se estiver fazendo alguma coisa errada, n?, Que passa a maior parte do tempo comigo. Com a mãe, vai para a mãe só para, às vezes só para dormir mesmo. Porque já sai daqui praticamente jantado, de banho tomado, só vai para casa para dormir.*

***Entrevistadora** - É, porque você começou com essa historia de cuidar de crianças ?*

Entrevistada - Olha, por gostar mesmo, um pouco de necessidade, porque é só ele trabalhando, então eu acho que uma andorinha só não faz verão, então para ajudar no orçamento da casa e porque eu gosto mesmo de criança. É, se você passar aqui durante a semana, você vê esse quintal cheio, ontem mesmo passou uma moça aqui e perguntou, isso tudo é seu, (risos), não, isso tudo não é meu (risos), a maioria aí é, é emprestado, então num ponto por gostar mesmo de criança e mais também para ajudar no orçamento da casa.

[Entrevista – Recorte C.3]

Assim, o serviço oferecido pela mãe crecheira tem o objetivo de por um lado, ajudar no orçamento doméstico e por outro, por gostar de crianças. Isso significa para esta mulher, para exercer a atividade de mãe crecheira basta apenas que sejam mulheres, mães e que gostem de crianças. O que não exige necessariamente uma formação específica para realizar esta atividade. Vê-se a importância que a entrevistada atribui à presença materna na vida cotidiana das crianças, o que provavelmente foi construído em função do valor social de “cuidadora” imputado às mulheres.

Favela D

O início da ocupação e favelização desta região ocorreu a partir de 1982, em grande parte, realizada por moradores do Estado do Rio de Janeiro e por migrantes da Região Nordeste do Brasil (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Hoje, a favela já possui uma Associação de Moradores que desenvolve diversos projetos e ações. Estão em andamento projetos como: a horta comunitária, feira comunitária e carteiro comunitário. Entre ações de assistência à população estão a: distribuição de cestas básicas, atendimento de saúde, desratização, serviços de um profissional eletricista e a promoção de casamentos comunitários (ibid., 2003).

A sua população aproxima-se de 6.990 habitantes, tendo cerca de 1.884 domicílios. Possui um dos melhores acessos entre as favelas estudadas por estar mais próxima às principais vias de acesso do bairro. É a terceira favela em evolução de habitações. A renda familiar está em terceiro lugar, em comparação com as outras favelas. Esta é a favela que possui o menor índice de desemprego, no entanto as lideranças comunitárias relatam que o desemprego permanece alto (ibid., 2003).

As famílias dessa favela podem ser caracterizadas, em 70% dos casos, como extensa (pais, filhos, avós, netos) e em 25%, são chefiadas por mulheres. Quanto ao número de componentes, 1/3 das famílias tinham seis ou mais membros. Os filhos nem sempre pertenciam ao mesmo pai biológico.

Para os momentos de lazer, os moradores dispõem de um campo de futebol em frente à Associação de Moradores com um pequeno parque para as crianças menores.

Encontramos ainda nove creches particulares, sete com capacidade variando entre 65 e 150 crianças e outras duas que atendiam a 10 e 15 crianças. Havia ainda três pré-escolas particulares e uma mãe crecheira que atendia a nove crianças. No entorno, foram levantadas três escolas municipais que atendem a favela. (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA N° 3, 2003, NÃO PUBLICADO)

A entrevista a seguir, cujos recortes são destacados, foi realizada na sede administrativa de uma igreja católica do entorno do conjunto de favelas. O entrevistado é uma liderança que trabalha com projetos na área de saúde e na creche de uma favela

vizinha dentro do conjunto. Ele mostra a falta de estabelecimentos voltados para a Educação Infantil na favela:

***Entrevistadora** – Essa é a primeira parte. São dados quanto à convivência e participação comunitária. É... como é a favela onde você mora?*

***Entrevistado** - Bom, é uma favela, vamos dizer assim, muito pobre. Temos uma situação bem precária, em relação até mesmo Escola, né? Porque a gente vê que muitas coisas são prometidas, mas poucas são cumpridas, né? As crianças, ela, se vai pra Escola, tem aula. Senão ficam nas ruas, nos becos da favela. Aprendem coisas que elas vê, desde o momento em que ela ta vendo. Você conversa com uma criança de... cinco anos, seis anos, ela tem..., você vê que a criança, ela não tem aquele... jeito pro estudo, e sim pra parte mais marginalizada. Aí você vê que é uma criança que tem uma base de doze anos. Ela já não vive a ... a infância. Ela não vive a... infância. A criança na favela ela não vive a infância. Por que? Não tem espaço pra que ela venha alimentar a infância dela, porque o que você vê é... ruas esburacadas, você vê becos sem condições. ...*

[Entrevista – Recorte D.1]

Vê-se que as crianças ficam pelas ruas e observam a violência local. O entrevistado comenta as promessas feitas na região e não cumpridas, parecendo com isso reivindicar a construção de creches públicas, pois, conforme exposto acima, essa favela possui 9 (nove) creches que são particulares.

A seguir, em um outro recorte, ele reitera a ausência de uma rede de apoio que atenda às famílias trabalhadoras e sem condição de dispor de parte dos seus ganhos para o atendimento de suas necessidades de cuidados dos filhos:

...

***Entrevistado** - Então, a criança quando ela vem do colégio, porque, geralmente estuda lá em baixo, né?*

***Entrevistadora** - Lá em baixo, você fala aonde?*

***Entrevistado** – Na... é nunca. O colégio nunca é dentro da favela.*

***Entrevistadora** - Da favela.*

***Entrevistado** - É sempre fora. Então, quando ela vem, ela já vem pegando carona em carro, né? é ela já vem fazendo coisas que você vê que é o cotidiano dela. Ela não tem uma educação, porque a mãe nunca tem condições de dar aquela educação. A mãe geralmente trabalha, o pai trabalha, fica com vizinho, o vizinho por sua vez não toma conta nem do próprio dele, do próprio filho dele, né? Então, quer dizer a criança, ela deveria ter mais condições é, mais espaço pra ela ser ocupar né. Então, eu vejo assim que é a situação da criança na favela né, ela tem que ser mais trabalhada. ...*

[Entrevista – Recorte D.2]

Este recorte mostra ainda a valorização da figura materna como cuidadora exclusiva, principal responsável pela educação dos filhos (significado da matriz sócio-histórica do entrevistado).

No trecho abaixo, o entrevistado relata uma situação ocorrida em sua favela que reflete a solidariedade que existe entre os vizinhos da favela:

...

Entrevistadora - Quais as experiências, fatos ou fatores que motivaram de você atuar como liderança, mesmo você achando que você não é liderança.

Entrevistado - Bom, é.

Entrevistadora - O que te motivou?

Entrevistado - Bom, eu acho que o que mais me motivou foi a...

Entrevistadora - Os fatos que aconteceram, quando você passou a ser...

Entrevistado - Foi a consciência. E uma vez eu tava..., a minha esposa estava na janela e veio uma senhora com uma criança no colo, e essa criança ela vinha chorando muito e eu, o que que aconteceu? E, de repente, houve uma assim, ela chegou e falou assim: “Poxa, olha essa criança como tá chorando!” Aí eu peguei e falei assim: “Poxa, o que que houve?” Ah, é porque ele deve tá molhado. Ah, então entra. Aí ela entrou para mudar a fralda da criança e quando ela foi mudar a fralda da criança, eu sabe, eu olhei aquilo dali e me entristeceu. Porque a criança tava com, a parte genital da criança tava em carne viva e eu falei assim: “Mas, como você deixou chegar a esse ponto e tal.” E ela disse que não sabia o que era. Perguntei se tinha levado ao médico e ela falou que não. Aí eu deixei a criança lá em casa. No outro dia saí de madrugada. Fui pro PAM com a criança ...

[Entrevista – Recorte D.3]

Esse relato, mesmo representando um fato isolado, não deixa de ser relevante. Sua importância reside no dos vizinhos nos cuidados às crianças da região, tanto na ausência quanto na presença dos pais.

O entrevistado, no em outro recorte a seguir, ressalta a importância de investimento na área de Educação Infantil:

...

Entrevistadora - Quais são os principais problemas que você tem encontrado na sua atuação?

...

Entrevistado - Bom, eu creio que os principais problemas são: a falta de recurso né?, que, vamos dizer assim, a creche é, é onde eu atuo mais, eu vejo deficiência na alimentação, deficiência na questão, né? Social, porque ... eu acho que a maior deficiência numa creche é que, ... é a creche só atua com crianças. Trabalha com crianças até os quatro anos. Então, eu já tive até mesmo na 3ª CRE, já conversei e tudo, por que? Porque nós temos espaço, mas não temos o poder aquisitivo para preencher esse espaço, e a maior... ela vai embora pra uma escola, aonde a mãe não tem recurso ...

[Entrevista – Recorte D.4]

A creche que o entrevistado trabalha é referência para várias favelas subjacentes, pois possui espaço para expansão do serviço oferecido, mas não dispõe de recursos que permita a ampliação das vagas. Nessa instituição são atendidas crianças na faixa de dois a quatro anos de idade. Após os quatro anos de idade, os pais das criança precisam

procurar outra instituição, geralmente da Prefeitura, para completar o ensino na Educação Infantil. A creche não possui berçário para abrigar as crianças menores de dois anos. O atendimento desse grupo etário seria de grande valia para as mães que precisem trabalhar. Durante o *mini-tour* foi possível ver também na região muitas crianças pequenas e mulheres grávidas que talvez viessem a necessitar desse serviço.

Encontrou-se ainda nesta favela moradores que tomam uma Vila Olímpica localizada numa favela vizinha como um benefício para o conjunto de favelas. Contudo, percebe-se uma queixa recorrente quanto à construção de novos espaços, pois o número de crianças beneficiadas é inferior a demanda das favelas do conjunto.

Favela E

O morro que abriga esta favela começou a ser ocupado em 1977. Por sua localização geográfica, fica um pouco isolado do restante das favelas que compõem o conjunto. O loteamento de terras foi definitivo na sua ocupação. No início, por falta de infra-estrutura, poucas pessoas fixaram residência naqueles lotes. Posteriormente, a ocupação foi gradativamente acontecendo com a chegada de amigos e familiares dos moradores dessa área.

A favela possui uma Associação de Moradores. Nela são oferecidos alguns serviços, como: carteiro comunitário, alfabetização de adultos e idosos, aulas de grafite e auxílio para a legalização dos imóveis (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Sua população é de aproximadamente 2.137 pessoas em 567 domicílios. A relação de habitantes pela quantidade de moradias é de 3,8 habitantes por moradia. Essa

favela representa 3% do número total de habitantes do complexo de favelas (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO, 2003).

A favela é pouco extensa e tem escassos recursos para os moradores. O comércio existente é pequeno e pouco desenvolvido. As construções, em sua maioria, são de alvenaria. Elas seguem, basicamente, o mesmo modelo em quase todas as casas (fachadas e pintura) (ibid., 2003).

A partir do levantamento de equipamentos sociais para os cuidados infantis, constatou-se que a favela possui quatro creches particulares. Tem ainda algumas áreas de lazer, como: um campo de futebol e uma pracinha onde ocorrem festas. O campo de futebol é utilizado pelo projeto Mel, que oferece aulas de lanchaeróbica, ping-pong, entre outras atividades. (Equipamentos sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO)

Uma entrevista realizada na Associação de Moradores com o presidente da instituição. Aponta como um dos problemas de sua favela a falta de creches:

Entrevistadora – E assi... Você falou de dois problemas assim mais sérios, né? Que foi a questão da água, a questão do posto de saúde. Você lembra de mais algum outro problema que você acha que é importante?

Entrevistado – Falei também da creche porque ...

Entrevistadora – A creche...verdade.

Entrevistado - ...É. a creche. Eu mesmo não sofro com essa situação. O meu filho é...ta numa creche. Ele tem quatro anos. Esse é o último ano dele até nessa creche municipal... Próximo à fábrica.

Entrevistadora – Hum, hum.

Entrevistado - ...A minha filha é na...Favela, distante daqui. Quer dizer, um no Norte outro no Sul. ... Ela tem seis anos.

Entrevistadora – Hum ,hum.

Entrevistado - ...e isso é...pra pessoa levar, é trabalhoso, é distante à beça. E eu necessito que ele esteja lá. Pelo horário integral, entendeu? Poderia ter botado até numa creche aqui próximo, mas só que aquela...as creches aqui próximas é... são tudo...

Entrevistadora – Pagas?

Entrevistado – ...pagas. E geralmente, até pela situação da...da creche em si, elas não cobram um preço tão convidativo. ...

[Entrevista – Recorte E.1]

Os filhos do entrevistado freqüentam creches públicas de uma favela vizinha (favela G) e de outro bairro mais distante. As creches mais próximas a essa favela são particulares e nem todos podem pagar. Novamente, vê-se que os moradores do conjunto de favelas consideram a creche pública como a solução possível e valorizada para os cuidados das crianças – mesmo no seu caso, em que conta com o apoio de sua mãe (avó paterna) para os cuidados de seus filhos:

...

Entrevistadora – É...como é que é formado a sua família então?

Entrevistado – É...eu moro numa casa em cima da casa da minha mãe, onde a minha mãe me dá um suporte tomando conta dos meus dois filho.

...

[Entrevista – Recorte E.2]

Ao ser perguntado sobre sua configuração familiar, ele dá relevância à proximidade entre a sua casa e a de sua mãe. Para ele, esse apoio parece ser fundamental no cuidado com as crianças quando precisa estar no seu trabalho, porque supre sua ausência até o seu retorno do trabalho.

Em um outro trecho de sua entrevista, o entrevistado faz referência a outras formas de cuidados presentes na comunidade:

...

***Entrevistado** – Porque a gente tem que começar de baixo. Que se a gente só pensar no caso no adulto, o pai e a mãe que tem que trabalhar pra sustentar o filho...*

***Entrevistadora** – Hum, hum.*

***Entrevistado** – ...O filho fica na rua.*

***Entrevistadora** – Hum, hum.*

***Entrevistado** – E muitas às vezes, aqui o caso mesmo, é muito real isso, um garoto de cinco anos toma conta da criança de...do irmão de três anos.*

***Entrevistadora** – Hum, hum.*

***Entrevistado** – Para o pai...o pai que tem que trabalhar. Quando tem pai, né? E a mãe também. Porque o salário deles dois não dá pra eles viverem. Então as crianças um tem que tomar conta do outro.*

***Entrevistadora** – Hum, hum.*

***Entrevistado** – Então vira e mexe tem problema de uma criança caiu se machucou, caiu numa janela. Por causa de que? O menor que tava tomando conta num teve... também na vida deles ... É infantil, também*

quer brincar e acabou um não tomando conta do outro. Acabou acontecendo acidente dentro de casa por causa desses detalhes. O vizinho que tem que providenciar um atendimento...

Entrevistadora – *Ham, ham.*

Entrevistado – *...porque os pais não estão presentes e tal. É esse tipo de coisa.*

[Entrevista – Recorte E.4]

Vê-se que ele critica a situação de pais e mães que, para trabalhar, precisam deixar seus filhos menores de seis anos de idade cuidando-se mutuamente, o que eventualmente leva a casos de acidentes domésticos com crianças da favela. Ele mostra o importante papel desempenhado pela ação solidária dos vizinhos, nesses casos, oferecendo a primeira assistência às crianças, e até mesmo levando-as para o atendimento médico. Como já visto na favela D, a rede social de apoio que se forma entre vizinhos nas favelas é bastante valorizada. O auxílio de um vizinho pode ser fruto de um pedido explícito ou não. Esse comportamento mostra-se freqüente entre moradores das classes populares, que vivem em condições de miseráveis ou de ausência de uma rede social de apoio mais ampla. Uma rede que, a meu ver, deveria envolver ações do Estado (entendido de uma forma geral, representando as três esferas públicas) para a mudança de uma ordem geral que mantém altas taxas de desemprego, quantidade insuficiente de escolas e de creches públicas que acabam por não cumprir os direitos, decretados em leis vigentes no país, de assistência básica às crianças e às suas famílias.

A ausência de apoio social ressurge, no recorte a seguir, como uma das grandes preocupações do morador quando ele toma como referência os cuidados infantis:

Entrevistadora - ...É na criação dos seus filhos, o que que você acha mais fácil, e o que que você acha mais difícil?

Entrevistado – Criação? É como o meu relato anterior, é meio difícil porque os pais que pensam nos filhos, quer o bem dos filhos, eles tentam preservar as criança em casa. Mas devido até as necessidade, a rotina diária e o convívio na favela, muitas das crianças estão soltas na rua, não tem aquela é... uma coisa que chame atenção dele, desperte pra um troço mais sadio, uma brincadeira que nem tinha antigamente, ... Aí então eu vejo muito aí, como até como líder comunitário eu ando nas ruas, to vendo as coisas de perto. Tem crianças que brinca próximo de valas negras e tal. Crianças de, é...descalça, pisando naquela água suja e tal. O pai não tem é cuida...o pai ou a mãe, sei lá quem toma conta...

Entrevistadora – Ham, ham.

Entrevistado – Não tem aquele cuidado essencial. Então isso traz muita doença tal, isso assim, isso é tudo difícil. Fácil não tem não. Não tem nada fácil não, fácil não tem mesmo.

[Entrevista – Recorte E.5]

A falta de apoio social foi o tema central apontado na entrevista feita nesta favela. A demanda por creches públicas serve de pano de fundo para as necessidades mais iminentes de apoio. Percebe-se novamente, como forma recorrente de amenizar essa ausência, a ação solidária entre vizinho e apoio de familiares.

Favela F

Essa favela começou sua ocupação em 1946. Ao longo do tempo, apesar de suas condições geográficas oferecerem risco de desabamentos e deslizamentos, a ocupação variou das proximidades da estrada para as regiões mais altas do morro (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Ela possui cerca de 2.278 habitantes, uma das maiores densidades populacionais entre as favelas estudadas, distribuídos em 634 domicílios. O número populacional desta favela equivale a 4% do total de habitantes do conjunto de favelas. Possui o terceiro maior número de indivíduos da faixa de 0 a 18 anos (ibid., 2003).

A favela é descrita pelos moradores do conjunto de favelas como uma das mais pobres, o que pode ser percebido pelas precárias condições de moradia e pelo pouco acesso ao saneamento básico, à saúde e à pavimentação. É difícil o acesso à parte mais alta do morro. (Diário de Campo)

Suas famílias, em 32,5% dos casos são chefiadas por mulheres. Dentro da faixa de 0 a 18 anos possui o terceiro maior número de indivíduos entre as favelas estudadas.

A favela conta com Associação de Moradores que oferece vários serviços, entre eles, o de carteiro, farmácia, apoio à biblioteca (comunitária), acesso à internet e o uso da quadra esportiva.

No levantamento de equipamentos sociais voltados aos cuidados infantis viu-se que ela possui creche municipal (83 crianças atendidas), uma creche comunitária e seis mães crecheiras. (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO)

Contudo a partir de falas recortadas de um grupo focal realizado com mães de uma creche comunitária (Recorte F.2 – adiante) vê-se que essa creche pública existente na favela é considerada insuficiente para atender todas as famílias. Cabe esclarecer que

esta creche está vinculada a uma organização comunitária , sem fins lucrativos, de apoio às mulheres sendo na ocasião gerida pela presidente da entidade. (Diário de Campo)

Como de costume, as creches são muito valorizadas pelos moradores. Em um caso, lhes é atribuído valor maior que a própria família.

Entrevistadora - Como é que vocês se sentem, tendo essa ajuda de poder deixar os seus filhos na creche? Qual a importância disso para vocês?

P₄ – Ah, eu achei muito legal.

P₅– Eu quando eu trabalhava de autônoma em casa, fazia doces, salgados, para vender, o meu filho ficava com minha mãe, sabe, não sabe se cuidar, meus irmãos não tinha consciência, então ele naquela correria, meu filho, perdia a hora de almoço, sabe, ficava sujinho. Então, não tinha aquele controle, ficava agitada. Eu tenho que ter cabeça, que eu estudo a noite, faço segundo grau a noite, então fica a maior turbulência. E essa creche aqui foi uma bênção de Deus para mim. Pra todo mundo, né. ...

[Grupo focal – Recorte F.1]

Houve vários relatos de mães que atribuía aos filhos mais velhos o cuidado dos irmãos menores, na própria casa. Nesses casos, as mães também falavam da necessidade de haver mais creches na favela.

Entrevistadora - Isso é comum aqui, de, mães, é, mães que precisam trabalhar, não conseguem ter acesso à creche, deixam os seus filhos um

pouquinho maiores, assim, como no caso dela, tomando conta dos menorzinhos, vocês sabem disso ? Tem notícia de casos assim?

P₂ – É comum isso aí. A minha vizinha também é assim. Ela tem que sair, mas deixa a, a filha de dez, a outra que tem quatorze anos, o rapaz tem doze anos, para olhar uma de, de cinco anos, de três anos. Porque a creche ... esta lotada de crianças, já não tem vaga. ...

***Entrevistadora** - Como é que as mães fazem quando elas não podem pagar uma creche ou não conseguem uma creche? Tem algum lugar para deixar os seus filhos? Como é que elas fazem?*

P₁ – Quando não consegue deixar com alguém, deixa sozinho.

***Entrevistadora** - Deixa sozinho?*

P₁ – Deixa com vizinho.

P₂ – É.

P₃ – Muitas vezes eu deixei meu, o meu só, o meu filho, de sete anos, eu trabalhava e não podia faltar.

***Entrevistadora** - Seu filho mais velho?*

P₃ – É, tem sete anos, ficava sozinho, eu trabalhava, não podia faltar. Aí tinha que trabalhar, eu deixava, pedia a vizinha para passar o olho, e ia trabalhar ...

[Grupo focal – Recorte F.2]

Quanto ao atendimento das mães crecheiras na favela, parece ser um tipo de serviço que, a princípio, é bem recebido:

Entrevistadora - A gente ouviu em algumas favelas que existem algumas pessoas que tomavam, chamavam de mãe crecheira, que eram mães que tomavam conta de várias crianças. Uma pessoa só, que não era exatamente uma creche, mas uma pessoa abria a casa e tomava conta de varias crianças. Vocês conhecem?

P₆ – Tinha uma aqui sim, mas ela parou.

P₇ – A casa dela é pequena, mas a senhora vê, as crianças adoram ela, ela cuida de cinco crianças. Que ela tomou conta de dez crianças. Meu filho ficou lá, quando eu trabalhava. Aí eu pagava pra ela tomar conta. Mas depois eu fiquei desempregada. Aí tirei, mas sempre ela está se preocupando com ele, cuida bem também.

[Grupo focal – Recorte F.3]

Vê-se que a mãe que tinha usado o serviço de mãe crecheira, guardava uma boa impressão sobre o seu trabalho. Ela enalteceu a criação de laços afetivos entre a crecheira e as crianças por ela cuidadas.

É interessante perceber que, para as integrantes desse grupo-focal, importa a presença de um adulto cuidando das crianças, para que elas não fiquem sozinhas. Não parece ser necessário que o mesmo seja um familiar.

Favela G

A ocupação da favela aconteceu a partir dos anos de 1942, quando algumas famílias começam a construir suas casas. Durante 15 anos, houve pouca alteração em

sua ocupação. Em 1957, há informações que existiam 200 casas. Foi a partir de 1958 que recebeu o nome que hoje a distingue, quando possuía 8.899 moradores. A parte alta dessa encosta passou a ser ocupada a partir de 1966. Hoje, ela é uma das maiores favelas. O crescimento da favela desacelerou, mas continua recebendo novos moradores oriundos do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Norte do Estado do Rio de Janeiro. Ela possui um dos melhores acessos, um comércio bastante desenvolvido e é considerada como uma das favelas de elite entre as favelas do conjunto (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Sua população é de 15.428 habitantes, morando em 4.290 casas. Representando cerca de 10% da população total do complexo. A relação de habitantes pela quantidade de moradias é de aproximadamente 3,6 habitantes por moradias. Está situada entre as três favelas de maior densidade demográfica, com menor número de crianças e adolescentes entre as favelas.

No levantamento feito na favela foram encontradas três creches: uma municipal, uma particular e outra comunitária de uma das favelas próximas. Possui uma escola particular e uma municipal que atende o seguimento de Educação Infantil. A favela tem uma Associação de Moradores. A Associação oferece serviços de carteiro comunitário, acesso gratuito à Internet e é responsável pela administração da quadra de futebol. (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO)

A seguir o presidente da Associação de Moradores desta favela fala sobre equipamentos sociais para as crianças na comunidade:

Entrevistadora: Hum hum... É... e em relação à favela, quais que você acha que são as principais demandas, do que que a favela mais gostaria,

mais precisa, que você percebe? Então você teria alguma sugestão de proposta de intervenção no complexo? O que você acha que seria mais importante? Você falou do esporte, né?

***Entrevistado:** É, realmente, o esporte. Se pudesse implantar mais esporte dentro da favela, não é isso? É... um centro de saúde mais próximo, entendeu?*

***Entrevistadora:** Hum hum...*

***Entrevistado:** Se possível fosse, uma creche, né?, pra ajudar alguns pais que muitas das vezes não têm com quem deixar suas crianças... Entendeu? É isso.*

[Entrevista – Recorte G.1]

Ele apontou para a necessidade de projetos educativos e de creches para as famílias de pais trabalhadores que não dispõem de uma rede de apoio familiar

Favela H

Esta é uma das favelas mais pobres, com o menor índice de renda familiar. Possui casas de alvenaria e em sua parte mais alta barracos de madeira aproveitada. Seu acesso é composto por um conjunto de escadas com pequenos patamares até quase o alto do morro. A favela, em sua maioria, sofre com a falta de saneamento básico e com o acúmulo de lixo nas encostas. Uma de suas características é a presença de famílias numerosas: 33% das famílias têm entre 6 ou mais pessoas convivendo na mesma casa.

Muitas vezes, um único membro trabalha. As famílias, em 36% dos casos, são chefiadas por mulheres. (Diário de Campo)

A Associação de Moradores que a favela possui fica logo no início da subida do morro. Nela, são oferecidos os serviços de carteiro comunitário e distribuição de cestas básicas e remédios. A favela possui convênios com vários projetos públicos, entre eles estão o Agente Jovem, Projeto Mel, Zico, Gol de Placa e com a FAETEC, para capacitação profissional.

Para os cuidados infantis, existe uma mãe crecheira que atende a 9 crianças e duas escolas municipais do entorno que oferecem Educação Infantil. Não há nenhuma creche na favela. (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO).

Os recortes, que se seguem, são de uma entrevista realizada com a presidente da Associação de Moradores dessa favela estudada, mostrando sua preocupação em garantir atividades para as crianças, mesmo pequenas, ao longo do dia:

Entrevistadora - Não tem como utilizar aquele espaço né?

Entrevistada - Não tem como utilizar. To usando agora. Por que? To com trezentas e poucas criança, nesse Projeto Mel.

Entrevistadora - Esse projeto é...

Entrevistada - é da Prefeitura. ...

Entrevistada- Tenho trezentas e poucas crianças atuantes. Fora os outros que vão um dia, não vão outro sabe? Mas atuante mesmo tem trezentas e pouca.

Entrevistadora - Esse projeto que a senhora está falando, é como se fosse uma creche?

Entrevistada - Não

Entrevistadora - Como é que funciona?

Entrevistada - É recreação. As crianças vão de manhã, brincam de oito até às onze horas, dez e meia. Vão embora pra escola e tudo...

Entrevistadora - Hum, hum....

Entrevistada - ...e depois a tarde vem outro grupo de duas às cinco.

Entrevistadora - Entendi. Então, assim, elas entre escola e a casa têm esse período pra recreação?

Entrevistadora - hum, hum...

Entrevistada - ...então a gente vai às escolas, tem até aqui uma perto mesmo. Porque criança mente pra mãe e mente pra gente, né?

Entrevistadora - Essas crianças que a senhora ta falando, são as que vão para a recreação que a senhora...?

Entrevistada - É, é que vão pra essa recreação. Nós estamos correndo atrás de matrícula para as crianças, sabe? Que estão sem estudar, que... Estamos pedindo.

[Entrevista – Recorte H.1]

Mais de trezentas crianças desta favela beneficiam-se do projeto educativo promovido pela Prefeitura. O projeto busca dar acesso às crianças ao esporte, lazer e cultura, ocupando-as nos momentos em que não estão na escola. Para participar do projeto, é necessário que a criança frequente regularmente a escola. Essa frequência é verificada através de visitas periódicas da presidente da Associação de Moradores e de suas colaboradoras.

É interessante notar o empenho da presidente da Associação dos moradores em oferecer ocupação às crianças desta favela através de diversos projetos sociais. Esta favela é uma das mais pobres, mas em comparação com as outras favelas, foi a que apresentou um maior número de programas sociais voltados às crianças.

Favela I

A ocupação desta favela começou em 1957. Ela tem uma subida muito irregular que propicia a ocorrência de deslizamentos de terra e desabamento de casas. Em sua parte mais alta é empobrecida, havendo ocorrência de casas de madeira e estuque. Na parte baixa, as ruas são afastadas uma das outras com casas maiores, podendo ter ou não quintal e portão de acesso. Nessa parte, ocorre menos lixo que na parte mais alta. O comércio na área é regularizado e desenvolvido (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Sua população é de cerca de 1.301 habitantes morando em 355 domicílios, representando 2% da população total do complexo. A relação de número de habitantes pela quantidade de moradias é de aproximadamente 3,7 habitantes por moradia (ibid., 2003).

Ela possui uma Associação de Moradores que oferece serviços de gari comunitário e tem uma parceria com o Projeto Vida Nova. Este, oferece aulas de português, matemática e futebol, dispondo também de médico e enfermeiro. Encontra-se ainda na favela, o projeto Mel, que desenvolve atividades esportivas com as crianças, tal como a prática de capoeira.

O levantamento dos equipamentos sociais para aos cuidados infantis, mostrou que a favela possui uma escola particular, duas escolas municipais que oferecem Educação Infantil e três creches (duas particulares e uma comunitária). (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3, 2003, NÃO PUBLICADO)

No entanto, em uma entrevista realizada com as responsáveis pela Associação de Moradores, soube-se que, até a poucos anos atrás, havia mais outra creche pública na favela:

***Entrevistadora** - Bom, então a gente estava conversando aqui, a gente estava conversando sobre a relação né, da liderança, com a favela.*

***P1** - Do Município só o programa MEL, programa MEL. E agora essa, é, Saúde Comunitária que está sendo desenvolvida pela Prefeitura.*

***P2** - Então a gente estamos, a gente está correndo atrás pra ver se reativa a creche...*

***P1** - ... eu falei que a gente estava perdendo, perdemos uma creche e tava em risco de perder a outra...*

***P2** - Que é uma creche que ajuda a uma favela inteira tá, que é centro comunitário.*

***Entrevistadora** - Ela é pública?*

***P1** - É.*

***Entrevistadora** - É Municipal?*

***P1** - Dizem que a Prefeitura tá assumindo, tá assumindo todas as creches né?*

***P2** - E atende grande parte da favela, praticamente a favela toda, só mesmo o pessoal da favela.*

Entrevistadora - E a outra que vocês perderam, era também...

P1 - Funcionava aqui na favela.

P2 - Na associação.

P1 - Porque só aquela outra creche não dá vazão à quantidade de criança nós temos hoje na favela, então quer dizer, muitas crianças estão sem creche...

P2 - ... houve esse imprevisto daqui da creche, até mesmo hoje está fechada, a outra também não é, essas que tem, já são, acho que são cento e trinta e oito crianças, entendeu? São crianças de que, de dois a quatro anos, que era de dois a seis anos, já saia de lá pra escola pública, mesmo com quatro anos a criança já sai encaminhada, direto com a vaga certinha pra escola, entendeu? E, não tem até mesmo professores suficientes, porque é muita responsabilidade, e são só crianças mesmo que é, depende mesmo de uma ajuda até pra ir ao banheiro, né, pra fazer tudo, aí eu acho que são... eu acho que só tem uns seis ou sete professores.

P1 - Muito pouco pra quantidade...

P2 - Cento e trinta e oito crianças.

P1 - ... isso, bastante complicado

P2 - Ai o que acontece, as mães, poxa tia, tô precisando, ai às vezes eu abro uma excessãozinha pra colocar uma criança, a vai a outra, poxa, mais eu também tô precisando, aquela coisa né. Ai eu falo, se eu pudesse, eu pegava todas as crianças, mais infelizmente não tem condições.

P1 - A quantidade profissional que tem, fica inviável, até pra cem crianças já é muito...

P2 - Pois é porque assim, se tivesse a outra creche aqui em funcionamento já seria uma grade ajuda.

[Grupo focal – Recorte I.1]

A creche pública atualmente em funcionamento, está sobrecarregada, atendendo cerca de 138 crianças para 6 ou sete educadores. Apesar de saber que a relação de crianças por educadores está muito grande, em algumas circunstâncias novas crianças ainda são aceitas. Mesmo sabendo que esse tipo de atitude acaba por influenciar diretamente na qualidade do atendimento oferecido por essa creche, deve ser ressaltado o empenho da Associação de Moradores em dar conta das crianças que precisam ser atendidas.

Diante da redução do número de creches na favela, as famílias tiveram que buscar novos arranjos para os cuidados de seus filhos ao longo do dia. No caso de uma das entrevistadas, a solução foi deixá-los com uma mãe crecheira, quando eles não estavam na pré-escola:

Entrevistadora - Hum, hum, e aí como é que é a sua atuação na criação dos seus filhos?

P2 - É, na parte do dia até fica assim, um pouco difícil né, porque eles vão para a escola ...

Entrevistadora - Você leva, alguém leva ?

P2 - Não, tem uma pessoa que cuida e leva.

Entrevistadora - E essa pessoa que fica com eles durante o dia ...

P2 - Hum, o que é que tem ?

Entrevistadora - Você falou que é uma pessoa que cuida e leva.

P2 - É, é a pessoa que fica com eles durante o dia.

Entrevistadora - Ela, é uma pessoa da sua confiança ...

P2 - Isso, é, ela tem filhos também, entendeu, uma pessoa assim muito atenciosa, tem duas meninas.

Entrevistadora - Hum, hum. Essas duas meninas ficam junto enquanto ela esta olhando os seus ?

P2 - É, a, a filhinha dela mais nova vai para a creche, fica nessa creche, que é do lado da creche, ali, uma, e a outra menininha, na parte da manhã fica e na parte da tarde quando os meu filhos vão para a escola, estudar, a dela também vai para a escola. Aí na parte da manhã eles ficam juntos.

[Grupo focal – Recorte I.2]

Mesmo parecendo estar satisfeita com a solução encontrada para os cuidados diários de seus dois filhos – a mãe crecheira cuida das crianças e ainda as leva para a pré-escola – a mãe sente falta da convivência que seus filhos tinham com outras crianças no dia-a-dia:

Entrevistadora - E o que que eles gostam de fazer na rua?

P2 - ...É, pipa, brincar de boneca...

P2 - ...porque é, com dois aninhos eles foram pra creche sabe? ...

P2 - ... fico com uma pena quando falam que a creche ia fechar porque ela me ajudou muito... e ajudou muita criança né...

P1 - Muita criança.

P2 - Porque a minha filha parecia até bicho do mato, não ia com ninguém, com ninguém, não brincava com ninguém. Então depois que foi pra creche, a convivência com outras crianças, entendeu?

[Grupo focal – Recorte I.3]

A entrevistada exaltou a importância da creche, assinalando os benefícios advindo da entrada de sua filha neste estabelecimento: a socialização, especialmente.

Vê-se que, nesta favela, houve uma redução nos serviços oferecidos para os cuidados infantis.

Favela J

A ocupação começou nos anos 60, a partir de duas propriedades. Uma promoveu um loteamento informal. A outra, foi invadida por moradores de favelas vizinhas, ou remanescentes de outros Estados da Federação. A sua história foi marcada por diversas ações de despejos, que causaram inúmeros conflitos (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

Dados do IBGE (2002) indicam que sua população é de 2.853 habitantes, representando 4% da população do complexo estudado, distribuídos em 806 domicílios aproximadamente. A relação entre o número de habitantes pelo número de moradias é igual a 3,5 habitantes por moradia (RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

A favela é uma das menores do complexo estudado e a que possui o melhor acesso.

Desde os anos 90, ela vem se destacando na evolução de domicílios. Tem o menor número de desempregados, comparativamente a outras favelas desse conjunto. Suas famílias, em 79% dos casos, são compostas por três ou quatro pessoas. Em 84%, elas são constituídas pelo casal (marido e esposa), filhos (alguns de pais diferentes) e membros da família extensa. Tem-se ainda, que 11% das famílias são chefiadas por mulheres.

Em relação aos cuidados infantis foram identificadas, no levantamento de equipamentos sociais, apenas uma creche na Associação de Moradores e uma pré-escola no entorno. (Equipamentos Sociais, RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1, 2003, NÃO PUBLICADO).

O recorte abaixo, de uma entrevista feita com o líder comunitário, mostra a sua apreensão em relação às condições adversas às quais as crianças da favela estão expostas:

Entrevistadora: Então... ele tinha carteira de vacinação?

Entrevistado: Toda, sempre em dia.

Entrevistadora: Toda em dia. E... na medida do possível, assim, ele era levado a consultas médicas? Consultas regulares?

Entrevistado: Todas.

Entrevistadora: É... aí voltando um pouquinho nisso que você tava falando, né? Da criança que não tem base familiar, pra você o que é mais difícil e o que é mais fácil na criação e educação de crianças no Complexo do Alemão?

Entrevistado: *O mais difícil... O mais difícil é não ter a base familiar. Não ter nem pai nem mãe. Ter uma família desestruturada, cada um pra um lado, o pai viciado, a mãe alcoólatra, isso dá, tem uma incidência que dá muito.*

Entrevistadora: *E o que que você vê como facilidade de criar os filhos aqui?*

Entrevistado: *Como assim a facilidade de criar?*

Entrevistadora: *O que que facilita a criação, deve ter algumas coisas que são muito boas de se...*

Entrevistado: *Bom, mas você diz facilidade...*

Entrevistadora: *No Complexo em geral... O que facilita a educação...*

Entrevistado: *Bom, é a base familiar. O que facilita é isso. Tendo a base sólida familiar... Nem todo mundo nasce bandido, nem todo mundo nasce gay, nem todo mundo nasce ladrão. Sem a base familiar, minha filha, uma criança não forma caráter, ela não forma opinião, ela não forma nada.*

Entrevistadora: *Hum hum...*

Entrevistado: *Ela só vai aprender o que não deve aprender.*

Entrevistadora: *Hum hum... É, isso você falando das crianças. Você teria alguma coisa pra acrescentar em relação aos adolescentes?*

Entrevistado: *É, porque é aquilo que eu falo, né, tudo vem dali, né, criança, adolescente, adulto, velho e morre, né? Essa é a estrutura da coisa. Se não começar da criança... Aqui no nosso caso, tem uma creche com quase 100 crianças. De 2 anos a 4 anos. Então qual é a nossa filosofia de trabalho com essas crianças: são tudo criança que não tem,*

a maioria não tem essa base familiar. Então o que a gente tenta passar, o que a gente coloca pra elas aqui, que aqui é o primeiro contato que elas têm tendo com um grupo, né? Quer dizer, agora que tá se formando o caráter e a personalidade dessas criança. Então a gente tenta passar pra elas amor e base familiar. Amostrando a ele que aquilo ali é errado, esse aqui é o certo, se age dessa maneira. Entendeu? Quer dizer, a gente começa, daqui a pouco eles são adolescentes.

[Entrevista – Recorte J.1]

Ele chama a atenção para o fato de que a creche, na Associação de Moradores, atende a cerca de 100 crianças de 2 a 4 anos de idade, e volta-se para a transmissão de valores e a formação de hábitos, que ele acredita não serem adequadamente passados pelas famílias. Na visão desse líder, os cuidados oferecidos às crianças pelas famílias dessa favela, em geral, não são satisfatórios, devido tanto a fatores internos à família, quanto a características da própria favela.

Chama a minha atenção o fato de nesta favela, considerada uma das que dispõem de melhores condições (número de habitantes por moradia, melhor acesso, menor desemprego), a existência de apenas uma creche e uma pré-escola. Acredito que isto se deva à sua própria localização: a favela é próxima à principal via de acesso ao bairro, onde seus moradores podem dispor dos serviços da rede pública de Educação dos bairros próximos.

5. 2 - Visão sintética dos equipamentos sociais e das redes sociais de apoio

O levantamento de equipamentos sociais existentes nas favelas voltados para a prestação de cuidados infantis, mostrou que existe um total de 19 creches particulares, duas creches publicas, seis creches comunitárias, 13 pré-escolas no entorno (públicas em sua maioria), 11 pré-escolas nas comunidades (idem) e 13 mães crecheiras para atender as crianças da comunidade – cerca de 20.000 (IBGE, 2002). Vide o quadro a seguir.

Quadro 6 : Equipamentos sociais voltados para os cuidados infantis nas favelas.

<i>Equip. sociais</i>	<i>Creches</i>			<i>* Pré-escola</i>		<i>Pré-escola</i>		<i>Mãe Crecheira</i>	<i>Total</i>
	<i>Particular</i>	<i>Pública</i>	<i>Comunitária</i>	<i>Particular</i>	<i>Pública</i>	<i>Particular</i>	<i>Pública</i>		
<i>Favelas</i>									
A	--	--	1	2	5	--	--	3	11
B	1	--	--	--	--	--	1	2	4
C	2	--	1	--	--	--	3	1	7
D	9	--	--	--	3	--	--	--	12
E	4	--	--	--	--	--	--	--	4
F	--	1	1	--	--	--	--	6	81
G	1	1	1	--	--	1	1	--	5
H	--	--	--	2	--	--	--	1	3
I	2	--	1	--	--	2	1	--	6
J	--	--	1	--	1	--	--	--	2

<i>Total</i>	<i>19</i>	<i>2</i>	<i>6</i>	<i>4</i>	<i>9</i>	<i>3</i>	<i>8</i>	<i>13</i>	<i>62</i>
---------------------	------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------	------------------

* Pertence ao entorno da comunidade.

Por fim, cabe explicitar que, considerando-se apenas os recortes efetuados foram mencionadas as seguintes Redes de Apoio:

<i>1</i>	<i>Creche:</i>	<i>11</i>
<i>2</i>	<i>Vizinhos:</i>	<i>6</i>
<i>3</i>	<i>Mãe-Crecheira:</i>	<i>6</i>
<i>4</i>	<i>Parentes-irmãos:</i>	<i>3</i>
<i>5</i>	<i>Pré-escola:</i>	<i>2</i>
<i>6</i>	<i>Igreja:</i>	<i>1</i>
<i>7</i>	<i>Parentes-maridos:</i>	<i>1</i>
<i>8</i>	<i>Parentes-avó:</i>	<i>1</i>
<i>9</i>	<i>Projetos Educativos</i>	<i>1</i>

Pode-se destacar ainda que, devido à ausência de apoio social nas favelas, houve relatos de crianças que eram deixadas sozinhas em casa (três casos) e de crianças que ficavam perambulando pelas ruas da favela (dois casos).

CAPÍTULO VI - Discussão

Na maior parte das falas, os cuidados infantis foram considerados uma atribuição feminina, como já apontado por diversos autores, entre eles Fonseca (1989), Ridenti (1998), Almeida (2005). Nenhum homem foi tido como sendo o principal responsável pelos filhos ou netos. Em apenas um caso pôde-se ver o homem assumindo um papel de apoio à mulher no cuidado dos filhos – caso da mãe crecheira.

Os cuidados infantis se caracterizaram ainda como uma atividade que, nos casos estudados, podia incluir a participação de outras figuras femininas – uma rede social de apoio (avós – a maioria, vizinhas, mães crecheiras, educadoras de creches, etc.). Vê-se que a mulher pobre continua a dividir os cuidados de seus filhos, afinal, ela precisa ter alguma atividade remunerada (FONSECA, 1989).

Consideramos que o papel de “trabalhadora” é um dos constituintes da identidade dessa mulher já que, todos os membros da família precisam contribuir com a renda familiar (FONSECA, 1989, SARTI, 1995, entre outros). Inclusive, têm aumentado o número de famílias pobres chefiadas e sustentadas por mulheres (PACHECO, 2005). Assim, vimos casos em que os papéis de “mãe” e “trabalhadora” eram conflitantes, levando à mulher a tentar encontrar uma solução que amenizasse esse conflito. Mesmo tendo o histórico de trabalho feminino (SARTI, 2003), as mulheres pobres são atravessadas no seu processo de significação pela concepção de que a mãe deve ser a figura exclusiva de cuidados dos filhos, presente em suas matrizes sócio-históricas. Assim, vimos que suas falas em determinadas ocasiões, especialmente quando o seu foco é o trabalho, apresentam uma harmonia entre esses dois papéis (trabalhadora e mãe) e, em outras, quando o foco é a maternidade/filhos, mostram um conflito entre os mesmos. Portanto, também a mulher pobre, tal como a mãe

trabalhadora de classe média (ALMEIDA, 2005) alterna diversas identidades o que é uma característica da subjetividade no Pós-Modernidade (HALL, 2001). O grande desafio para as mulheres das classes média e baixa parece ser conciliar satisfatoriamente as atribuições pertinentes à maternidade e ao trabalho.

As redes sociais de apoio que mais apareceram como solução para os cuidados infantis foram creches, os vizinhos e as mães crecheiras. Porém, a creche geralmente foi citada como indicando a falta, a ausência deste serviço ou atendimento. Cabe ressaltar que nas 10 favelas estudadas, em apenas uma a creche não foi citada. O número de creches nas favelas (Quadro 6), apesar de reduzido (diante do total de crianças de 0 a 6 anos), ainda é maior do que os outros equipamentos sociais encontrados – pré-escolas, mães crecheiras, igrejas e projetos. As creches particulares foram as mais mencionadas, perfazendo quase 2/3 do total de creches encontradas. Outro dado a ser ressaltado é que, mesmo na favela D, que possui a maior quantidade de creches (nove), houve uma demanda para ampliação da rede de atendimento de creches. Como as creches encontradas na favela D eram todas particulares, pode-se afirmar que a demanda seria por um serviço público de atendimento à criança.

A menção recorrente à creche pode estar associada à necessidade das mães de classe popular de trabalhar mas, além deste fato, é imputado à creche um valor muito mais significativo que às outras formas de apoio identificadas pelos moradores das favelas estudadas. Esse pode ser identificado como um valor sócio-histórico dado a este tipo de atendimento à criança pequena. Historicamente, a instituição creche foi atribuída a função de guarda e apoio às crianças da classe trabalhadora (principalmente a mulher), operária ou empregada doméstica (KUHLMANN, 1998). Creio ser essa visão assistencialista a que emerge no significado sócio-histórico de creche para os moradores dessas favelas. Na favela B (recorte B.4), a creche é citada como solução

para os casos de crianças que ficam pelas ruas na ausência dos pais. Quando quantificamos as redes sociais de apoio que emergiram nesse grupo focal, vimos que “creche” e “ausência de apoio social” foram mencionadas em igual número. Indica, assim, que há a uma preocupação de que as crianças precisam estar abrigadas dos perigos do espaço público pensamento que também motivou os higienista do século passado, quando estimularam a criação de instituições para atender as crianças abandonadas (MOREIRA LEITE, 1996). A creche aqui, portanto, assume um papel de substituto da família, enquanto que na camada média ela é tida como um outro contexto de desenvolvimento infantil, além da família (ALMEIDA, 2001). Outro ponto a ser destacado é o acesso à creche. Dados oficiais demonstram que a grande maioria das crianças na faixa de 0 a 6 anos não têm acesso à Educação, apesar do crescimento do número de creches no Brasil. A parcela da população de crianças de 0 a 6 anos de idade com menor índice de atendimento em creche é constituída por crianças pretas/pardas, meninas e pobres (KAPPEL, CARVALHO & KRAMER, 2001).

Outra questão digna de menção, surgiu no caso da mãe crecheira. Mesmo sendo o seu serviço uma das opções que os moradores dispõem para o atendimento das crianças, ela cita a creche como outra forma complementar de atendimento às crianças mantidas sob sua guarda. Pareceu-nos que, para ela, é necessário que as crianças estejam inseridas em uma rede educação formal, visto que ela toma como sendo a sua função principal junto às crianças o desempenho do papel materno (recorte C.2 e C.3). Como mencionado anteriormente, esse tipo de cuidado não surgiu agora e também não pode ser identificado como uma característica do Brasil ou de países em subdesenvolvimento (ROSEMBERG, 1989). É uma forma de atendimento caracterizada como uma alternativa à falta de vagas em creches públicas. Por ser um atendimento de baixo custo e quase nenhum investimento tecnológico, órgãos como

OMEP e UNICEF também têm apoiado este tipo de cuidado. A autora preocupa-se com o não oferecimento de creches pelo Estado, visto que, para ela, a melhor alternativa seria a creche, devido ao seu papel de educativo.

Constatou-se ainda que a mãe crecheira, segundo equipamento social mais encontrado (Quadro 6), é considerada pela maioria dos participantes como uma boa alternativa de atendimento á criança pequena. Isso demonstra que a maior preocupação dos moradores da favela é como cuidar e proteger a criança na ausência dos pais. A educação formal das crianças pareceu ser uma preocupação secundária (recortes B.5, F.3 e I.2).

Outra rede de social de apoio apontada acima, e que os moradores costumam contar com freqüência, são os vizinhos. Esse fato reflete a forma de organização das famílias de classe popular. Elas, como forma de sobrevivência, convivem entre si como se constituíssem uma grande família extensa, fugindo do modelo de família nuclear, onde o convívio é restrito a mãe, pai e filhos. Vimos, por exemplo, no recorte C.1, que a mãe crecheira quando precisa deixar as crianças para resolver algum problema, ela conta muito mais com o auxílio dos vizinhos, do que com o próprio marido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, ainda hoje, os arranjos para os cuidados infantis são vistos segundo a ótica da Classe Média. Uma reportagem recente numa revista de grande circulação no país (PINHO, LOBATO & MORAIS, 2005) relatava que as mulheres de classe média são tomadas como o exemplo das trabalhadoras que precisam conciliar seu trabalho com os cuidados com seus filhos. Demonstrava que, na atualidade, algumas dessas mulheres conseguem resolver as dificuldades de sua inserção no mercado de trabalho com criatividade, apoiadas nas facilidades que começam a ser oferecidas por várias empresas, para que desempenhem parte de suas atividades no próprio lar. No artigo, não há menção sobre a situação das mulheres pobres que trabalham, e que também buscam conciliar o seu trabalho com os cuidados infantis.

Neste estudo, os dados apresentados demonstraram ainda que as mães que moram em favelas precisam priorizar o seu trabalho (e às vezes até acumulam dois trabalhos), organizando-se no seu objetivo de lutar pela sobrevivência da família, tentando garantir minimamente a satisfação das necessidades básicas de seus filhos. Assim, elas têm que cotidianamente abrir mão do seu papel de cuidadora. Com isso, buscam arranjos para os cuidados infantis que muitas vezes são precários. Em algumas ocasiões, envolvem a solidariedade de parentes e vizinhos. Em outras, são soluções familiares organizadas na própria casa. No entanto, a creche mostrou-se significativamente o arranjo para os cuidados mais desejado, indicando a necessidade que o Estado e seus órgãos ampliem a rede de creches públicas nessas favelas e em outras com características similares.

É necessário que se estabeleçam diretrizes para a elaboração de programas envolvidos com a ação social que apoiem as famílias. Para que acompanemos uma

tendência mundial de preocupação, principalmente dos países membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com a educação e os cuidados dirigidos à primeira infância. Estudos conduzidos nos países participantes dessa organização demonstraram que o elemento central de uma política bem-sucedida para esse fim evidencia um envolvimento profundo com as crianças e suas famílias. Os Estados tornaram-se parceiros dos pais na responsabilidade de educar e cuidar dos mais jovens. Com isso, as agendas políticas situam a qualidade em lugar de destaque, buscando a equidade nas ações governamentais. (UNESCO, 2002)

Por isso, postulamos a urgência na ampliação das redes de apoio para as famílias com mães trabalhadoras, especialmente as moradoras de favelas, assim como a ampliação da rede de creches públicas. Consideramos, ainda, ser necessário que o Estado efetivamente adote uma política de valorização da Educação infantil e de continuidade aos programas sociais dirigidos às famílias pobres.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. S. de (2005). Social and Cultural factors related to the constitution of identity: A case study of working mothers and their sense of motherhood and child care. **FIRST ISCAR CONFERENCE**. Comunicação Oral, 20th – 24th September, Seville.

_____ (2003). Redes de relações sociais: um processo dialógico. **Série Documenta**, Ano III, 12-13: 97-107.

_____ (2001). **As transformações da relação afetiva entre o bebê e a educadora de creche nos relatos de educadoras e mães**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental, USP, Ribeirão Preto, SP.

ALMEIDA, L. S. de; ELTINK, C; ROSSETTI-FERREIRA, M. R.. (2002). **Significações, Relações e Subjetividade na Creche**. <http://www.eicos.psico.ufrj.br>.

AMAZONAS, et alii. (2004). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Revista Psicologia e Estudo**.

AMORIM, K. de S. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (2004). A matriz sócio-histórica. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C., AMORIM, K. de S., SILVA, A. P. S. da & CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed.

ARIÈS, P. (1981). **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC.

BUENO, F. da S. (1979). **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Fundação Nacional do Material Escolar.

- BILAC, E. D. (1978). **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. SP: Símbolo.
- CIVILETTI, M. V. P. & BORBA, A. M. (1996). O exemplo de Niterói: Creches Filantrópicas e Comunitárias no Município de Niterói. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**. 8 (3): 22-36.
- CIVILETTI, M. V. P. (1988). **A creche e o crescimento da nova maternidade**. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.
- COSTA, J. F. (1989). **Ordem médica e Norma Familiar**. 3ª ed. RJ: Graal.
- CORSARO, W. (1981). **Entering the child's world**. In A.D. Pellegrini, **Observing children in their natural worlds – A metodological primer**. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- DEL PRIORI, M (1996). O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto.
- DESSEN, M. A. & BRAZ, M. PEREIRA. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Teoria e Pesquisa**, v.16, n. 3, Brasília, setembro-dezembro.
- FREYRE, G. (1975). **Casa-Grande & Senzala**. 17 ed., Livraria Editora José Olympio, Rio de Janeiro
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. (1990).
http://www.mec.gov.Br/bolsaescola/manual/help/l_eca.htm
- FONSECA, C. (1989). Pais e filhos na família popular (Início do Século XX). In: D'INCAO, M. ^a (Org.). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Pinsky (Contexto).
- GIDDENS, A. **O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. RJ: Record, 2000.
- HALL, S. (2001). **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5ed. RJ, DP&A.

IBGE. (2002). **Dados quantitativos em relação a população, escolaridade, habitação e saneamento básico**. Censo.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. (2003). Sistema de Assentamento de Baixa Renda. **Relatório Específico de Favelas**. Rio de Janeiro.

KAPPEL, M. D. B., CARVALHO, M. C., KRAMER, S. (2001). Perfil de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 16, Jan/Fev/Mar/Abr.

KRAMER, S. (2002). Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**. 116. Julho. São Paulo

KUHLMANN JUNIOR., M. (2004). **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Meditação, 3ª Edição.

LAGE, L. da G. L. (1996). O Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto.

LOURENÇO, M. A. (2002). **Papéis sociais desempenhados pelas creches comunitárias e públicas no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado não publicada. UFRJ, Programa de Pós- Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS).

MINAYO, M. C. de S. (2000). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC.

MOREIRA LEITE, M. L. (2003). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. de, (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez.

MOREIRA LEITE, M. L. (1996). O Óbvio e o Contraditório da Roda. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto.

- OLIVEIRA, S. D. de (2001). **Estatuto da Criança e da Adolescente**. Rio de Janeiro: DP&A.
- PACHECO, A. L. de B. (2005). **Mulheres pobres e chefes de família**. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.
- PILLOTI, F., RIZZINI, I. (1995). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula & AMAIS Livraria e Editora.
- PREUSS, M. R. G. (1998). Casa e família: entre o ideal e a realidade. **Série Documenta**, Ano VI, 9: 117-133.
- RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 1. (2003). Situação da infância e adolescência: Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro – Rio de Janeiro. **CEDAPS, UNICEF, UFRJ**. Rio de Janeiro, RJ.
- RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 2. (2003). Situação da infância e adolescência: Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro – Rio de Janeiro. **CEDAPS, UNICEF, UFRJ**. Rio de Janeiro, RJ.
- RELATÓRIO DE PESQUISA Nº 3. (2003). Situação da infância e adolescência: Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro – Rio de Janeiro. **CEDAPS, UNICEF, UFRJ**. Rio de Janeiro, RJ.
- RIBEIRO, L. M. A. (2003). **Violência entre gerações: Trilhamentos de repetições**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.
- RIDENTI, S.G.U. (1998). A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. Em: ARILHA, M., RIDENTI, S.G.V., MEDRADO,

B. (orgs.), **Homens e masculinidades: outras palavras**. SP: Ecos / Editora
34, p. 163-184.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (1998). De Cinderela a mulher maravilhosa. **Série Documenta**, Ano VI, 9: 91-116.

ROSENBERG, F. (2001). Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**. nº 16, p. 19-26.

_____ (1995). A criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). **Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (1989). Creches domiciliares: argumentos ou falácias. In: ROSENBERG, F. (Org.). **Creche**. São Paula: Cortez.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (2004). Rede de Significações: Alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et alii. (Orgs.). **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et alii. (2004) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed.

SARTI, C. A. (2003). **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez.

_____ (1995). O Valor da Família para os pobres. In: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). **Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyola.

SILVA, A. P. S. da, ROSSETTI-FERREIRA, M. C. & CARVALHO, A. M. A. (2004). Circunscritores: Limites e possibilidades no desenvolvimento. In:

ROSSETTI-FERREIRA, M. C., AMORIM, K. de S., SILVA, A. P. S. da
& CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de Significações e o estudo do
desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed.

VIDAL E SOUZA, C., BOTELLO. T. R. (2001). Modelos nacionais e regionais de
família no pensamento social brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 9,
nº 2. Florianópolis.

UNESCO Brasil, OECD, Ministério da Saúde. **Educação e Cuidado na Primeira
Infância: grandes desafios**. Brasília: Edições UNESCO Brasil. 2002.

VYGOTSKY, L. S. (1998). **A formação social da mente**. 6a edição. São Paulo,
Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. (1998). **A formação social da mente**. 6a edição. São Paulo,
Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. (1991). **Pensamento e Linguagem**. 6a edição. São Paulo, Martins
Fontes.

Anexo I

Roteiro do grupo-focal

EIXOS TEMÁTICOS

- Composição familiar
- Filhos
- Trabalho/Renda Familiar
- Cuidados infantis/gestação/parto/amamentação
- Escolaridade
- Tempo livre/lazer
- Lazer
- Saúde
- Higiene
- Rede social

Anexo II

Roteiro da Entrevista

EIXOS TEMÁTICOS

- ♣ Convivência e participação comunitária
- ♣ Relações e rotina familiar
- ♣ Gravidez
- ♣ Amamentação
- ♣ Cuidados infantis (rotina, atenção à saúde, higiene, escola, disciplina, rede social de apoio).